

Jornal de PSICOLOGIA

Director: LEANDRO ALMEIDA

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

ANO 3 — N.º 5

PREÇO: 40\$00

NOVEMBRO-DEZEMBRO/84

EDITORIAL

A licenciatura pelo ISPA: outros desafios...

Com data de Dezembro último, um despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior pôs fim a uma situação indefinidamente adiada e que se prende com o grau académico conferido pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA). O adiamento sucessivo da resolução deste problema, de contornos mal definidos e pouco claros, reflectia e alimentava um certo mal-estar entre os psicólogos portugueses e as suas instituições. Como exemplo, e ao nível da prática profissional, o aspecto do título académico possuído mostra-se como anterior a todas as demais divergências, ganhando particular incidência em tudo o que respeita a «estatutos», «carreiras», «possibilidade de emprego», etc..

A possibilidade agora criada não deve, no entanto, ser tomada como um passar de esponja em relação a todos os aspectos da situação nem tão pouco deveria ser aplicada sem explicitar alguns dos trâmites da sua execução efectiva. Julgamos que um e outro problema são indispensáveis à salvaguarda dos interesses da Psicologia e dos Psicólogos em Portugal.

É evidente que, tratando-se de uma escola particular, qualquer ingerência por parte do Estado ou de outrem que ponha em perigo a sua identidade própria contraria um dos princípios mais universais e que se prende com a «liberdade de ensinar e de aprender». É possível, no entanto, defender para o ISPA um tipo de funcionamento que se mostre em consonância com o que é prática noutras escolas e, em particular, nas Faculdades de Psicologia. De outro modo, alimentam-se os problemas existentes ao nível da classe dos psicólogos, muito concretamente os atrás apontados.

Não se trata de ensinar algo (aliás o ISPA conta com uma experiência de duas décadas de ensino...) mas tão somente alertar para situações que, ou se resolvem à partida, ou se convertem em cavalos de batalha de posições divergentes, ocasionando na maioria das vezes a proliferação de circunstancialismos e de situações progressivamente privadas de clareza e dignidade. A vivência anterior do ISPA e o relacionamento dos profissionais formados por esta escola com os de outra proveniência poderão ser apontados como exemplo da pertinência destas considerações. Ao Estado caberá, em nossa opinião, não só viabilizar economicamente este projecto educativo que o ISPA tem representado para o País, mas também procurar adequá-lo, sem o descaracterizar, à realidade que somos e às experiências já implementadas. Aspectos ligados à docência, tipo de ensino ministrado, métodos de avaliação e número de alunos, são exemplos da necessidade que acabamos de apontar.

Por razões estritamente profissionais não me é possível prolongar as actividades que tenho desempenhado neste Jornal. Aos colegas da Redacção, aos autores, às instituições que apoiaram esta iniciativa e aos leitores expresso os meus agradecimentos, fazendo votos da continuidade de todos na viabilização deste projecto.

LEANDRO ALMEIDA

Utilização dos testes psicológicos

Entrevista com .. GEORGES MEURIS

PÁGINAS 6 e 7

Probabilidade e Psicologia

GERD GIGERENZER

PÁGINA 3

Orientação escolar e profissional:

Divergências entre peritos orientadores e licenciados em Psicologia

PÁGINA 5

Actividades de médicos-psiquiatras e psicólogos:

Sindicato dos Psicólogos reage ao parecer da Ordem dos Médicos

PÁGINA 2

OPINIÃO

Delimitação de actividades entre médicos-psiquiatras e psicólogos

Posição do Sindicato Nacional dos Psicólogos

Face ao parecer do Colégio da Especialidade de Psiquiatria da Ordem dos Médicos referente ao exercício da psicologia clínica e de psicoterapia, bem como quanto à formação dos respectivos profissionais, e no sentido de contribuir para uma ampla discussão e debate sobre este tema, o Jornal de Psicologia contactou as diferentes associações científicas e profissionais de psicólogos e as Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação tendo em vista uma análise crítica do referido documento.

Assim, no número anterior foi possível apresentar quer uma síntese do referido documento, quer a posição tomada pelo Conselho Científico da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação de Lisboa sobre o assunto.

Neste número apresentamos o texto enviado ao Ministro da Saúde pelo Sindicato Nacional dos Psicólogos, e que nos foi remetido pela respectiva Direcção:

«Foi este Sindicato surpreendido por um «parecer sobre a delimitação de actividades entre médicos psiquiatras e psicólogos», emanado da Ordem dos Médicos e publicado na respectiva revista (n.º 5/85 de Maio p. p.).

Estranhámos a sua publicação sem que dele nos tivesse sido dado conhecimento, como nos parece curial. De facto, tal parecer incide numa delimitação de actividades que nos dizem directamente respeito.

E lamentamos o facto, tanto mais quanto se verifica que a mesma Ordem dos Médicos nos não deu ainda resposta a pedidos nossos dum encontro para versar também esse assunto, pedidos esses que formulámos através de ofícios.

Decorre já neste Sindicato um estudo sobre esta matéria, cuja pertinência reconhecemos, e cujo melindre nos levou a solicitar a participação das diferentes partes implicadas: organizações profissionais de psicólogos, e de médicos.

Parece-nos esta a metodologia mais adequada, embora o conteúdo do citado parecer indique que a Ordem dos Médicos não encara o assunto da mesma forma, arvo-

rando-se assim em senhora absoluta dum domínio onde reconhece o papel de outros técnicos.

Logo que o nosso estudo em curso esteja concluído, será V. Ex.ª imediatamente informado das nossas propostas.

O parecer da Ordem dos Médicos constitui uma intromissão abusiva e portanto intolerável num assunto da Psicologia, não competindo aquela definir o que é que os psicólogos podem ou não podem fazer no pleno exercício da sua actividade.

Face ao parecer já publicado pela Ordem dos Médicos, sem pretendermos fazer-lhe uma análise pormenorizada, ele parece-nos conter um aspecto importante relativamente à necessidade de implementar esquemas adequados de formação complementar, que permita aos psicólogos a sua preparação prática institucionalizada, tal como acontece com a própria formação médica. Efectivamente na situação actual, enquanto o estu-

dante de medicina ou jovem médico entra de pleno direito nas estruturas oficiais da saúde para complementar a sua formação académica, o estudante de Psicologia, ou mesmo já licenciado, tem de mendigar esse direito como se essas estruturas públicas paradoxalmente fossem coutada de qualquer grupo ou tipo de técnicos.

Além deste aspecto que nos apraz referir como válido, lamentamos o teor geral deste parecer, que felizmente não expressa o sentir de todos os psiquiatras, nem muito menos de outras organizações profissionais ou científicas do foro médico. Nalgumas destas estão associados os psicólogos com os psiquiatras, com os mesmos direitos e deveres (Associação Portuguesa de Terapia do Comportamento, Sociedade Portuguesa de Psicanálise, Sociedade Portuguesa

despudoradamente definidos de forma unilateral.

Mais concretamente:

1. Referir como exemplos em que predominam posições idênticas às que a Ordem dos Médicos defende países como a África do Sul, Índia, ou Venezuela (ponto n.º 2 do parecer), só por demagogia se pode explicar, uma vez que a realidade é bem diferente noutros países de que habitualmente nos aproximamos mais, como é o caso dos EUA, da Inglaterra e da própria Alemanha donde temos informação bem diferente da que a Ordem dos Médicos refere.

2. Também só por demagogia se explica a generalização abusiva que se faz de eventuais domésticos clientes logrados (ponto n.º 4) quando abordam psicólogos menos preparados.

Vemos acontecer isso em todas as áreas profissionais. Efectivamente, além dos bons, infelizmente também há maus mecânicos, engenheiros, advogados ou médicos, que obviamente vão fazer clientes logrados.

Generalizar a todo o grupo profissional essas falhas que também podem acontecer em psicólogos clínicos, e daí concluir que estes só podem exercer a sua profissão tutelados pelos médicos psiquiatras (ponto n.º 9) constitui, em nosso entender, erro silogístico elementar.

3. Dizer que só o curso de medicina pode fornecer a «preparação formal em conteúdos básicos» para tratamento psicológico (ponto n.º 5), é tão gratuito como seria a afirmação inversa de que a preparação em medicina não pode fornecer formação nos tais «conteúdos básicos» para as «terapias

CONTINUA NA PAGINA 10

Jornal de
PSICOLOGIA

DIRECTOR:
Leandro Almeida

DIRECTOR-ADJUNTO:
Maria do Céu Taveira

CHEFE DE REDACÇÃO:
José Fernando Azevedo Cruz

REDACÇÃO:
Jorge Negreiros, Maria de São Luís Castro, Oscar Gonçalves e Rui Abrunhos Gonçalves (Porto); Carlos Pires, Ana Gabriela, Margarida Barreto, Mário Simões e Natália Ramos (Covilhã); Rui Barreto, Inácio Fladeiro, Luís Neto, Manuel Geada e Rita Calado (Lisboa).

SECRETARIADO:
António Alves, Camilo Valverde, Maria do Céu Machado e Paulo Machado.

COLABORADORES:
Alves Gamêlo (Lisboa), Aura Montenegro (Covilhã), Amaral Dias (Covilhã), Anna Bonito (Louvain-Belgica), Artur Barreira (Porto), Anna Marie Fontaine (Porto), Bárbara Campos (Porto), Bracinha Vieira (Lisboa), Brígide Cardoso e Cunha (Porto), Claude Prevost (Paris-França), Eleanor Carlsson (Mt. Sinai-EUA), Georges Mouriz (Louvain-Belgica), Gerardo Maria (San Francisco-EUA), Gunnar Kylin (Estocolmo-Suécia), Hakan Brokstedt (Estocolmo-Suécia), Isolinda Borges (Porto), Joanne Steuer (California-EUA), J. Balthazar Távora (Porto), Lois Thibaut (North Carolina-EUA), Patrícia Fontes (Irlanda), Peter Mierenda da (Rhode Island-EUA), Stephen Larsen (Austin-EUA), Vasco Fernandes (Porto).

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

(Excepto nos meses de Julho/Agosto).

ASSINATURA ANUAL (5 números) —

A partir de 1985:

Portugal e Espanha — Pessoal: 250\$00;

Instituições: 350\$00.

Países de expressão portuguesa (Brasil e África) — U.S. \$4; U.S. \$6.

Europa — U.S. \$5; U.S. \$7.

Outros países — U.S. \$7; U.S. \$10.

Preço avulso: 60\$; Números atrasados: 70\$00.

SUBSCRIPTIONS: The Journal of Psychology is issued five times a year, in January, March, May, September and November.

Annual subscription rates follow: Individual, U.S. \$5 (Europe), U.S. \$7 (Outside Europe); Institutions: U.S. \$7 (Europe), U.S. \$10 (Outside Europe).

Write to: Journal de Psicologia, Rua das Taipas, 76; 4000 Porto — Portugal.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

COOPAG, CRL — Artes Gráficas

Est. Interior da Circunvalação, 14 971

Telefone 68122 — 4100 Porto

PROPRIETÁRIO:

Grupo de Estudos e Reflexão em Psicologia, R. das Taipas, 76 — 4000 Porto

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE

JORNAL DE PSICOLOGIA, Rua das Taipas, 76 — 4000 Porto.

DISTRIBUIDORA:

DISTRIBUIDORA — Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda.

Av. Camilo, 268-7/c — 4300 Porto

TIRAGEM: 400 exemplares.

SUBSIDIADO POR:

• Fundo de Apolo aos Organismos Juvenís (Porto).

• Fundação Eng.º António de Almeida.

LIVROS E PUBLICAÇÕES:

Faremos referência neste Jornal a livros, podendo estes ser submetidos a crítica ou referência especial, conforme dos mesmos nos sejam enviados dois ou mais exemplares, respectivamente.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.

Notas: não se estabelecerá troca com outras publicações.

We wish to establish exchange with other publications

A partir de 1985

Jornal de
PSICOLOGIA COM NOVO FORMATO

A partir do próximo número (Janeiro/Fevereiro de 1985), o Jornal de Psicologia passará a adoptar um novo formato (30x21 cm), tipo revista, procurando assim não só tornar mais prática e agradável a sua leitura, mas também adaptar-se ao formato típico internacional normalmente utilizado em publicações especializadas e visando simultaneamente contribuir para uma melhoria na sua qualidade, conteúdo e apresentação.

Ao entrar no terceiro ano de publicação ininterrupta o Jornal de Psicologia e a equipa que nele colabora fazem assim um novo esforço para dotar os psicólogos, estudantes, profissionais de ciências afins e público em geral, de uma publicação que aprofunda e divulga eficazmente a Psicologia.

No entanto, a melhoria que por certo se irá verificar implicará também mais um esforço por parte dos assinantes e leitores. De facto, a nova apresentação do Jornal de Psicologia, aliada aos encargos financeiros daí provenientes e aos custos crescentes de matéria-prima, obrigam-nos a aumentar o preço avulso e da assinatura anual. Assim, a partir do próximo ano, o preço avulso passará a ser de 60\$00, enquanto que as assinaturas passarão a ter o valor de 250\$00 e 350\$00, respectivamente para individuais e instituições.

Estamos certos que os nossos leitores compreenderão e corresponderão às exigências que o novo Jornal de Psicologia implicará. Pela nossa parte procuraremos dar a melhor resposta possível a este novo desafio de forma que o Jornal de Psicologia seja capaz de formar e informar um público cada vez mais vasto.

PROBABILIDADE E PSICOLOGIA

Que papel desempenha a probabilidade em Psicologia? Como pode ela infiltrar-se numa psicologia científica que abraçava o determinismo? Será que a introdução entusiástica da estatística alterou os próprios caminhos da Psicologia? Tais perguntas inserem-se num contexto mais vasto, interdisciplinar: o da introdução da incerteza, imprevisibilidade e probabilidade nas ciências, quer nas da natureza, quer nas sociais.

Esta revolução fundamental do nosso pensamento científico não tinha ainda sido objecto de estudo sistemático em contexto interdisciplinar; todavia, no ano académico de 1982/83 um pequeno grupo internacional e interdisciplinar de cientistas debruçou-se pela primeira vez sobre a questão de onde, quando, porquê e de que forma a probabilidade se introduziu em cada uma das ciências e quais as relações interdisciplinares daí resultantes. O projecto de investigação intitulou-se «A Revolução Probabilista» e foi realizado no Centro de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Bielefeld, na República Federal Alemã^(*).

O que deve então ser entendido por «revolução probabilista»? Vejamos para já a formulação clássica do pensamento determinista por Laplace, no ano de 1814:

«Given... an intelligence which could comprehend all the forces of which nature is animated and the respective situation of the beings who compose it — an intelligence sufficiently vast to submit these data to analysis... nothing could be uncertain and the future, as the past, would be present to its eyes»⁽²⁾.

Onde foram tais concepções deterministas substituídas por outras de tipo probabilista? As «revoluções» mais conhecidas abalaram quer a Física, através da teoria quântica de Max Born, Werner Heisenberg, Niels Bohr e outros, quer a Biologia, através da teoria da evolução de Charles Darwin.

O ser humano tem de usar estratégias probabilistas para se adaptar ao mundo físico.

A teoria quântica admite que a acção e as características de um átomo ou outra partícula não são em princípio exactamente previsíveis. Um grande número de partículas obedece todavia a leis estatísticas. Darwin, fascinado pela complexidade e incerteza, serviu-se da imagem da «árvore irregular» para representar a sua maneira de ver a Natureza: «Irregular, nonrepeating, unpredictable, incomplete, indeterminate, complex, open-ended, and inventive» (Crüder, 1977, p. 238). («Irregular, não repetitiva, imprevisível, incompleta, indeterminada, complexa, aberta e inventiva»).

Como desde logo se tomou a Física como modelo da psicologia experimental, e as ideias de Darwin (nomeadamente as noções de selecção natural e artificial) também eram influentes, poder-se-ia pensar que também as suas ideias

probabilistas passassem para a Psicologia. Porém, não foi isso que aconteceu. Nem a noção da teoria quântica do «caos microscópico subjacente à ordem macroscópica», nem a metáfora de Darwin da «árvore irregular» conseguiram abalar a concepção determinista do ser humano, dominante na Psicologia. Mesmo um conceito probabilista de carácter tão tipicamente psicológico, como o de «probabilidade subjectiva», só a partir do início dos anos 60, com a chamada «viragem cognitiva», conseguiu estabelecer-se na nossa ciência. A repressão e resistência às ideias probabilistas eram sustentadas por pro-

Investigação como processo progressivo de modificação da probabilidade de hipóteses com base em novas observações, em vez de uma sequência de decisões pontuais sim/não.

fundas crenças fundamentais da teoria do conhecimento, talvez até religiosas, que aqui posso apenas ilustrar com a firme convicção de Albert Einstein: «Deus não joga aos dados».

Como psicólogo e membro do grupo de Bielefeld, tratei de seguida uma pequena selecção de temas respeitantes à relação entre psicologia e ideias probabilistas. Só posso aqui abordar tais temas sucintamente, com o objectivo de despertar interesse: a literatura apresentada permitirá aprofundar esse interesse.

Em resposta directa à afirmação de Einstein, Egon Brunswik escreveu: «While God may not gamble, animal and humans do... they cannot help but to gamble in

1. «O SER HUMANO, PORÉM, JOGA AOS DADOS»

an ecology that is of essence only partly accessible to their foresight» (1955, p. 236)⁽¹⁾.

O que queria dizer Brunswik (professor primeiro em Viena, e a partir de 1938 em Berkeley)? Brunswik argumentava que mesmo as percepções sensoriais simples se baseiam em informações ambíguas e incertas, sem que a incerteza nos seja fenomenologicamente conhecida. Por exemplo, para perceber o tamanho de um objecto (uma pessoa ou uma montanha) precisamos de, pelo menos, duas informações: a imagem retinica do objecto, e a distância a que ele se situa. Nenhum dos conhecidos indicadores de distância (como a paralaxe binocular e a posição verti-

cal do objecto) é seguro e inequívoco: todos são apenas «índices probabilistas», de maior ou menor utilidade. Brunswik concebe o ser humano como um(a) «estatístico intuitivo(a)», que tem de usar estratégias probabilistas para se adaptar ao mundo físico, para sobreviver.

A partir de tais reflexões e experiências sobre percepção, Brunswik desenvolveu um sistema que chamou de «probabilismo funcional». Enquanto os seus contemporâneos — como Clark Hull, David Krech e Ernest Hilgard — procuravam leis deterministas (modelo: lei da gravitação de Newton), Brunswik averiguava regularidades probabilistas sobre a adaptação da percepção e cognição à realidade

GERD GIGERENZER (*)

física, situando-se portanto numa linha darwinista, funcionalista. O seu sistema pode, sem dúvida, ser encarado como a primeira tentativa de «revolução probabilista» na psicologia do século XX. Esta revolução saiu contudo completamente malograda no contexto de uma psicologia experimental que acreditava firmemente na concepção de mundo de Newton. Brunswik, no início do ano 1955, acabou por suicidar-se. Edwin Boring, o mais conhecido historiador da psicologia, foi de opinião que «Brunswik era um homem brilhante que desperdiçou a sua vida», e em 1963 comentou ainda: «reina o determinismo».

Hoje, no entanto, muitas das ideias de Brunswik começam a ser aceites — aliás, na maioria dos casos desinseridas do seu contexto original, isoladas, e por psicólogos que não conhecem, ou pelo menos não referem, Brunswik. Assim, Gregory (1974) fala da percepção como «máquina apostadora»; a metáfora do ser humano como «estatístico intuitivo» é hoje o fulcro da psicologia cognitiva (p. ex., Kahneman, Slovic & Tversky, 1982; Nisbett & Ross, 1980), a insistência de Brunswik na validade externa das experiências deu origem não só a debates calorosos, mas também a trabalhos empíricos (Berkowitz & Donnerstein, 1982; Gigerenzer, 1984).

2. O ENTUSIASMO E A ESTATÍSTICA INFERENCIAL

Como é que a estatística inferencial (a análise de variância de R. A. Fisher, p. ex.) conquistou em Psicologia um triunfo tão extraor-

CONTINUA NA PÁGINA 8

JORNAL DE NOTÍCIAS
JORNAL DE NOTÍCIAS
JORNAL DE NOTÍCIAS
JORNAL DE NOTÍCIAS
JORNAL DE NOTÍCIAS
JORNAL DE NOTÍCIAS
JORNAL DE NOTÍCIAS

A maior audiência em Portugal

(*) Professor Doutor Gerd Gigerenzer, Fachgruppe Psychologie, Postfach 5560, 7150 KONSTANZ — República Federal da Alemanha.

Tradução de Maria de São Luís V. Fonseca e Castro.

I CONGRESSO NACIONAL DE SEXOLOGIA

Organizado pela Associação Portuguesa de Terapia do Comportamento, decorreu a 8, 9 e 10 de Novembro, em Lisboa, o I Congresso Nacional de Sexologia.

Das 42 comunicações livres apresentadas, foi de realçar o que elas traduziram em esforço de investigação.

Foi uma agradável surpresa constatar ser cada vez maior o número de técnicas que nos mais variados campos da investigação científica, se dedicaram num excelente trabalho interdisciplinar ao estudo sério dos problemas sexológicos. Por outro lado, também se está a assistir a um aumento significativo do número de consultas em Instituições Estatais, o que permite já prestar ajuda clínica a um vasto leque de problemas sexuais desde os orgânicos aos psicológicos. No entanto, é de frisar que estas consultas se localizam apenas em Lisboa, Porto e Coimbra. Enquanto não houver uma indispensável descentralização geográfica, o sofrimento sexual continuará a constituir um problema de saúde pública.

Por outro lado, os convidados estrangeiros (J. Waynberger e J. Burat, de França, W. Pasini da Suíça, J. Bancroft e J. Greenood, da Inglaterra), trouxeram uma visão actualizada em algumas das áreas mais importantes da sexologia, como o Diagnóstico Diferencial das Disfunções, a terapia sexual, a sexualidade da Mulher e a sexualidade do deficiente. Sem dúvida que a experiência dos outros países, particularmente os europeus, mu-

to mais avançados nesta área do que nós, pode ser relevante para ajudar na resolução dos nossos próprios problemas, pelo que esse intercâmbio deverá ser encorajado.

Nas mesas-redondas abordaram-se aspectos relacionados com o desenvolvimento e identidade sexual, os problemas clínicos disfuncionais e os comportamentos desviados em relação à sexualidade humana, bem como aspectos mais elaborados da preferência sexual. Para além destes foram também tratados temas que habitualmente recebem menos atenção, tais como a sexualidade do deficiente, e da terceira idade, não sendo esquecidos os aspectos históricos, éticos e jurídicos da sexualidade e realçando-se o papel que outros ramos da ciência, cultura e arte podem trazer para uma melhor compreensão da sexualidade.

Dos diferentes trabalhos e comunicações apresentadas, realçaram-se também os relacionamentos com o planeamento familiar, a informação e educação sexual, a formação de técnicos e o papel dos meios de comunicação social.

Das conclusões deste I Congresso Nacional de Sexologia, são de salientar as seguintes:

- Necessidade de implementar a educação sexual a todos os níveis: a) Família; b) Escola; c) Meios de comunicação.
- Promover que o ensino da sexologia se efectue nas Faculdades de Medicina e Psicologia.

- Estimular uma adequada formação sexológica aos técnicos que trabalham nos Centros de Saúde, particularmente aos que prestam serviço de Planeamento Familiar.
- Divulgação das consultas de Planeamento Familiar já existentes e estimular a criação de novas consultas.
- Esperar que a futura Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica preencha as lacunas de formação e divulgação de correctas perspectivas perante a sexualidade.
- Oriar alguns centros especializados como por exemplo os de assistência a vítimas de abuso sexual e seus familiares.

O Programa Social do Congresso para além de uma excelente exposição sobre arte erótica ou erotismo na arte, integrou um debate inserido numa projecção cinematográfica sobre o erotismo no Cinema Português e um jantar com os participantes em que se apresentou um trabalho, teatral divertido e sério ao mesmo tempo, em que, saudavelmente se criticavam os aspectos mais repressivos da nossa Sociedade, e se autocriticaram os nossos próprios excessos educativos e terapêuticos.

Em resumo, espera-se que este Congresso tenha contribuído para o debate da sexualidade de forma a redefinir os seus conceitos, os papéis sexuais e sociais do homem e mulher, para que no futuro uma relação saudável entre os dois sexos torne indispensável a existência de terapeutas sexuais.

PROJECTO ALCÁZER: Inovação em educação infantil

Numa organização conjunta do Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian e da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, decorreu entre Janeiro e Junho de 1985, um seminário de difusão do Projecto Alcázer. Este Projecto, concluído em Julho de 1984, constitui uma iniciativa da Fundação Gulbenkian e da Fundação Bernard Van Leer (Holanda) tendo como objectivo a elaboração, aplicação e avaliação de um programa de intervenção junto dos diversos agentes educativos (educadoras, centros, pais, direcções, comunidade) numa comunidade rural.

Assim, este Seminário procurará explicitar a metodologia geral da intervenção realizada, bem como os resultados do processo e da avaliação global desta intervenção, estando as sessões a cargo de elementos da equipa do Projecto Alcázer.

O programa das sessões será o seguinte:

- Introdução, pelo Prof. Dr. Bartolo P. Campos e representante do Serv. de Educ. da Fund. Calouste Gulbenkian (30/1/85);
- A Situação Educativa Inicial nos Centros de Educação Infantil pela Dr.ª Isabel L. Silva (13/2/85).
- Metodologia Geral da Intervenção: A Formação/Inova-

ção Participante, pelo Prof. Dr. Bartolo P. Campos (27/2/85).

- A Formação/Inovação Participante num Centro de Educação Infantil, pela Dr.ª Maria Eugénia Tiago (6/3/85).

- Transformação nos Centros de Educação Infantil, pela Dr.ª Isabel L. Silva (20/3/85).

- Avaliação dos Resultados junto dos Adultos: Educadores, Direcções e Pais, pelo Dr. Leandro Almeida (10/4/85).

- Avaliação do Desenvolvimento Psicológico das Crianças, pela Dr.ª Marina S. Lemos (24/4/85).

- Modelo Curricular para a Educação Infantil em Centros de Comunidades Rurais, pela Dr.ª Isabel L. Silva (8/5/85).

- Intencionalização Educativa das Actividades da Vida Diária, pela Dr.ª Guilhermina L. Miranda (22/5/85).

- Desenvolvimento Cognitivo, Linguagem e Relação, pela Dr.ª Isabel L. Silva (29/5/85). Os Pais e os Centros de Educação Infantil, pela Dr.ª Guilhermina L. Miranda (12/6/85).

As sessões decorrem na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e contarão com algumas dezenas de participantes entre inscritos e convidados.

LEITURAS

EMIGRANTES
— PSICOLOGIA SOCIAL,
CONFLITOS E DESAFIOS CULTURAIS

Aires Gameiro

Ed. Centro do Livro Brasileiro Lda. e
Obra Católica Portuguesa das Migra-
ções — Lisboa: 1984

De Aires Gameiro um livro. Abor-
dando a temática da Emigração numa
apreensão fragmentária tendo por pano
de fundo a Psicologia Social.

Num campo tão vasto e tão rico
como este, o da Emigração, o autor
pretende nesta obra uma dupla finali-
dade: por um lado, a procura de sensi-
bilização e consciencialização do leitor
para o fenómeno migratório, através de
mensagens claras e acessíveis, tocando
vários âmbitos do seu evoluir. Na se-
gunda parte do livro, procura-se «con-
centrar» os «rudimentos» que porventura
ficarem um tanto ou quanto desapa-
ntados com a simplicidade do relato an-
terior.

Quando li a 1.ª Parte, veio-me à
ideia um livro que há algum tempo
atrás tive à cabeça (O Livro dos
Animais, João Maia, Liv. Apostolado da
Imprensa, Porto). Ali se assistia a uma
descrição, bicho a bicho, que era sem-
pre seguida da inevitável comparação
com o género humano. Aqui, após a
apresentação de um fenómeno psicos-
social, procura-se ver a forma como o
migrante «encaixa» na problemática
referida. Sem dúvida que é um pro-
cesso engenhoso e acima de tudo rico
pela informação concentrada em pe-
quenas doses que produz.

Já outro tanto não direi da 2.ª Parte,
não porque o seu conteúdo seja desva-
liado de interesse, mas tão somente pelo
hiato que estabelece com a anterior.

Esperava, no final, um sentido glo-
bal a dar aos 38 fragmentos discursivos
anteriores.

Pessoalmente, agrada-me-la mais
que só se contentassem os Gregos.
Aparte isso, um livro que se lê bem,
porque querendo ser simples, não é
simplista.

Rui Abrunhosa Gonçalves



- FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
- CONSULTADORIA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS

RUA ALFREDO CUNHA, 265 - SALA Q
ARS TELEF. 930010 4450 MATOSINHOS

EDIÇÕES

Jornal de
PSICOLOGIA

COM O APOIO DA FUNDAÇÃO ENG. ANTONIO DE ALMEIDA

A VENDA!

TEORIAS DA INTELIGÊNCIA

por LEANDRO S. ALMEIDA

Desconto de 25 % para assinantes do J. P.

Por correio (porte incluído) 250\$00

Orientação escolar e profissional nas escolas

Divergências entre peritos orientadores e licenciados em Psicologia

A política do Ministério da Educação no domínio da Orientação Escolar e Profissional continua a provocar reacções divergentes de diferentes organizações profissionais, particularmente no que se refere à situação dos técnicos formados pelo Instituto de Orientação Profissional. Assim, recentemente a Associação Portuguesa dos Orientadores Escolares e Profissionais (APOEP) divulgou um comunicado criticando a política do ME em tal sector. Entretanto a posição da APOEP viria posteriormente a ser alvo das atenções de um comunicado da Direcção Nacional da Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia.

A POSIÇÃO DA APOEP

A Associação Portuguesa dos Orientadores Escolares e Profissionais caracteriza a política seguida pelo Ministro da Educação como um esbanjamento de recursos dada a existência simultânea de dois serviços de orientação dependentes daquele Ministério. Um destes serviços é coordenado pelo Instituto de Orientação Profissional e um outro, de criação mais recente, é orientado pelos Núcleos de Orientação Escolar e Profissional ligados às três Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação existentes.

A fundamentar a sua posição a APOEP considera os dois serviços como paralelos seja em termos de

níveis e anos escolares objecto da intervenção, seja do tipo de problemas ou âmbito da intervenção realizada. Ao mesmo tempo toma os dois serviços como sobreponíveis, ainda, porque intervêm nas mesmas escolas.

A POSIÇÃO DA APLP

A APLP, que anteriormente havia já defendido publicamente a necessidade de «rentabilizar a formação dos licenciados em Psicologia» e considerado que «os elevados custos decorrentes da formação dos «peritos orientadores» é incompatível com as dificuldades económicas que o país atravessa», reagiu à posição da APOEP com um comunicado onde afirma «repe-

tir-se, como em momentos anteriores, o «atirar a pedra e esconder a mão» referindo-se ao argumento de «esbanjamento dos meios humanos e financeiros» utilizado pela APOEP.

De facto, salienta o comunicado da APLP, «o prolongamento das actividades do Instituto de Orientação Profissional, designadamente na formação complementar de professores profissionalizados em vista da reconversão da sua actividade profissional, em regime de destacamento, como «conselheiros de orientação escolar e profissional», significa um gasto para o País que é necessário ponderar a curto e a médio prazo. Esta necessidade torna-se premente dada a existência das Licenciaturas em Psicologia e de licenciados, neste domínio melhor habilitados para o efeito, e porque os custos dos profissionais acima referidos são elevados para o País. Com efeito, a par dos gastos com a Licenciatura desses professores num curso de base e com a respectiva profissionalização para o ensino/docência, há a acrescentar os custos advindos do seu destacamento para a frequência do I.O.P. (3 anos) em Lisboa. Isto ultrapassa, evidentemente, os encargos inerentes a uma Licenciatura em Psicologia...»

O comunicado da APLP faria ainda referência a «imprecisões» da posição da APOEP: «em primeiro lugar, os psicólogos a trabalhar no contexto dos Núcleos de Orientação Escolar e Profissional, ligados às

três Faculdades, repartem-se um pouco por todo o País (ao contrário dos Conselheiros referidos que se concentram nos centros urbanos de Lisboa e do Porto), em escolas secundárias onde funciona o Ensino Técnico-Profissional. Afirma, então, que as acções dos Licenciados em Psicologia se sobrepõem às deles mesmos dado incidirem nas mesmas escolas não é correcto, e como exemplo pode apontar-se o caso de na zona Norte do País apenas em quatro escolas coexistirem ambos os profissionais com as actividades que lhes são específicas (havendo 36 escolas de Torre de Moncorvo a Oliveira de Azeméis, passando por Mirandela, Chaves, Régua... apoiadas por psicólogos pertencentes ao Núcleo de Orientação Escolar e Profissional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto!). Por outro lado, a alegação de que a acção destes psicólogos incide prioritariamente nos mesmos níveis de escolaridade que a acção dos conselheiros não corresponde à realidade, dado que a intervenção dos primeiros não se reduz quer ao 9.º ano de escolaridade, quer a um trabalho estritamente ligado aos alunos e aos problemas da orientação escolar e profissional, como é o caso dos professores, conselheiros de orientação. Ainda de acordo com a APLP «A intervenção dos psicólogos aparece perspectivada em moldes bem mais amplos e qualitativamente diferentes».

JORNADAS SINDICAIS DE PSICOLOGIA

REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO E SAÍDAS PROFISSIONAIS EM DEBATE

Procurando de alguma forma responder e contribuir para a resolução de problemas relativos à regulamentação do exercício da Psicologia em Portugal, e que vão desde a estruturação das respectivas especializações e níveis de formação académica ou profissional, até a definição deontológica e epistemológica relativamente a outros perfis técnicos mais próximos desta área, ou ainda a criação de carreiras e respectivos postos de trabalho nos diferentes campos de intervenção (Organização, Saúde, Escolar ou Social), realizaram-se na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, no dia 27 de Novembro, as Jornadas Sindicais de Psicologia organizadas pelo Sindicato Nacional dos Psicólogos.

Do amplo debate promovido nas diferentes mesas de trabalho, distribuídas por três áreas de intervenção psicológica (Saúde, Organizações e Escola) foram apresentadas e aprovadas em reunião plenária as seguintes conclusões:

1. Foi reconhecida a necessidade urgente de regulamentação do exercício da Psicologia, nomeadamente quanto:

- 1.1 — definição de requisitos para formação técnico-profissional (tais como o estágio e especialização).
- 1.2 — definição de requisitos para institucionalização dessa

formação prática como actividade remunerada;

- 1.2 — definição e negociação das carreiras de Psicólogos nas diferentes áreas de trabalho e nos diferentes organismos estatais;
- 1.3 — revisão do regulamento da carteira profissional;
- 1.4 — revisão do Regulamento Deontológico;
- 1.5 — definição do Estatuto do Psicólogo em Portugal.

2. Foi aprovado um protesto a enviar ao Ministério do Trabalho, a denunciar a forma anti-constitucional (não cumprimento da Lei 16/79) como conduziu o processo das carreiras profissionais.

3. Foi reconhecida a necessidade de se intensificarem as formas de luta, contra o desemprego crescente dos psicólogos, particularmente dos recém-formados, denunciando a demagogia do Ministério da Educação e a total paralisia dos serviços do Ministério da Saúde em iniciar a abertura de concursos para Psicólogos em lugares actualmente vagos em várias instituições hospitalares.

4. Foi denunciada a situação de insegurança no emprego dos Psicólogos, que se encontram em situação de contratados a prazo e «tarefeiros».

5. Foi exigida a revogação da legislação que exclui os Psicólogos

CONTINUA NA PAGINA 10

ISPA-PONTO FINAL NUM PROCESSO REIVINDICATIVO?

No «Diário da República», de 13 de Dezembro (2.ª série, n.º 287) e por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior (Despacho n.º 114/SEES/84), foi concedido a titularidade de um diploma de licenciatura aos formados em Psicologia pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA). Este despacho que pretende constituir-se como remediativo ou com carácter provisório, dada a complexidade que reveste o reconhecimento de cursos de nível superior ministrados em estabelecimentos particulares de ensino, tomou em consideração o parecer favorável emitido para o efeito por uma comissão de especialistas. O disposto será aplicado aos alunos com aproveitamento no actual plano de estudos (ao que conseguimos apurar ele entrou em vigor no ano lectivo 1982/83). É interessante constatar que, muito próximo à prática na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, o curso do ISPA aparece subdividido no 4.º e 5.º anos por áreas que poderíamos tomar como de «pré-especialização». Assim, existem as três áreas seguintes: Psicologia Clínica, Psicologia Educacional e Psicologia Social e das Organizações.

Outro ponto de interesse, ainda ao nível do plano de estudos, tem a ver com a organização do 5.º ano do curso. Aqui, e muito na linha do que acontece em Universidades estrangeiras, o aluno reparte a sua formação por um estágio em situação profissional e que é objecto de um seminário anual de 2 horas semanais de acompanhamento e da elaboração de um relatório final a avaliar. Em segundo lugar, é ainda elaborada uma monografia, também objecto de um seminário anual de duas horas semanais de acompanhamento e que será apresentado e difundido em acto público.

Por último, o despacho a que nos referimos alude à inspecção regular das condições de funcionamento do curso por parte da Direcção-Geral do Ensino Superior adiantando que a mesma incidirá ao nível do corpo docente (qualificação e enquadramento), ao nível dos alunos (habilitações de acesso, enquadramento docente e avaliação de conhecimentos) e ao nível das instalações e equipamento.

São de antever algumas reacções ao presente despacho, quer porque o mesmo não contempla os diplomas na vigência dos planos de estudo anteriores, quer porque a existência do ISPA e, sobretudo, o reconhecimento do curso superior ministrado sempre foi motivo de acesa controvérsia. Centamente que ninguém estará de acordo em prolongar por mais tempo a actual situação e as implicações negativas daí decorrentes em vista de definição, organização e regulamentação da prática psicológica no nosso país. Há, no entanto, alguns pontos que gostaríamos de ver contemplados com a entrada em vigor deste despacho. Em primeiro lugar, qual vai ser o «*numerus clausus*» desta escola e quais os critérios de entrada, o que nos parece mais pertinente dadas as dificuldades de emprego sentidas e a existência de limitações às entradas para as Faculdades. Um segundo aspecto, passará certamente pelo sentido que terá, na prática, a possibilidade consagrada no diploma, de uma inspecção ao funcionamento do curso. Pegando em duas componentes desta inspecção, parece-nos pertinente que, quer as condições e qualidade de ensino quer a avaliação de conhecimentos, podem ocasionar, designadamente, tratamentos desiguais dos aplicados nas Faculdades e, daí, susceptíveis de multiplicar ainda mais as barreiras já existentes entre os psicólogos portugueses de formações diversas.

ENTREVISTA COM...

GEORGES MEURIS

-A utilização dos testes psicológicos-

Autor de uma bateria de Testes de Raciocínio Diferencial, já conhecida por alguns dos psicólogos portugueses, e de vários trabalhos sobre a problemática da avaliação psicológica e sobre a utilização dos testes pelos profissionais de psicologia, o Prof. Doutor Georges Meuris tece aqui algumas considerações sobre este último tópico. Possuidor de uma extensa e variada bibliografia (aptidões cognitivas, testes psicológicos, psicologia desportiva e educação física), tem orientado ultimamente grande parte dos seus trabalhos para a História da Pedagogia e para a Formação de Professores. Assim, é actualmente o responsável pelo Laboratório de Pedagogia Experimental da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade Católica de Lovaina (Louvain-la-Neuve), cabendo-lhe nesse contexto a orientação da formação dos licenciados em Psicologia e em Pedagogia para as Escolas Normais e da especialização pedagógica para os futuros professores dos últimos anos do Ensino Secundário.

Membro da Associação Internacional de Psicologia Aplicada, onde aliás exerceu funções de direcção, está ligado às publicações «School Psychology International», «Bulletin de Psychologie Scolaire et d'Orientation» e «International Journal of Sport Psychology» entre outras.

Como caracteriza a utilização actual dos testes psicológicos na Europa e em que medida se diferencia da prática verificada nos anos 30-40?

Ao dar uma resposta a esta questão estou a expressar a minha opinião pessoal pois não há uma resposta única à pergunta colocada. Direi que após a guerra de 1939-45 nós, na Europa, fomos de algum modo invadidos pelos trabalhos em curso nos Estados Unidos. Um pouco na sequência do papel libertador dos E.U.A., houve uma grande admiração por tudo o que era proveniente ou desenvolvido nesse país. Por exemplo, na prática psicológica fomos invadidos por uma grande diversidade de testes representativos das duas correntes em debate: a generalista de Spearman e a das aptidões específicas de Thurstone. Sem podermos afirmar que se tratou de uma cópia ou mera tradução destas provas, verificamos no entanto que os testes ganharam uma grande importância na prática psicológica, como aliás acontecia nos E.U.A.

Neste sentido temos nos anos 50-60 uma longa e intensa utilização dos testes na prática psicológica, designadamente no que respeita à orientação escolar e profissional, selecção profissional e, mesmo, no diagnóstico clínico, este um pouco mais tarde. Em termos de variáveis psicológicas este exame incidia fundamentalmente no sector das aptidões, muito embora progressivamente apareça a avaliação dos traços de personalidade.

Como mero exemplo refiram-se as actividades nos centros de orientação escolar e profissional, onde segundo directrizes bem definidas do seu Inspector Geral (Monsieur Derivière), dever-se-ia aplicar a todos os alunos uma bateria de

provas onde se contemplasse o factor G de inteligência, as aptidões diferenciadas e os diferentes traços da personalidade. Evidentemente que não se indicavam quais os testes mas, dava-se uma orientação definida ao exame a fazer.

Ao mesmo tempo, e reportando-nos ainda aos anos 50-60, há a registar um grande número de investigações que vêem na utilização dos testes uma forma de garantir a cientificidade dos estudos em questão, designadamente pelo cariz experimental que tal prática permitia defender. Foi o momento da generalidade dos trabalhos de elaboração, construção, tradução e aferição da grande maioria dos testes psicológicos que hoje possuímos.

Contudo a situação nos nossos dias será já um pouco diferente, designadamente após todo um movimento contrário aos testes e à sua utilização fundamentalmente.

Evidentemente. Chegados os finais dos anos 60 e durante a década de 70 assistimos já ao fenómeno da desconfiança, crítica e até mesmo rejeição dos testes. Tenho a este propósito um episódio pessoal que exemplifica esta nova situação. Um dia, com autorização superior, encontrava-me a passar um teste numa escola. De repente entrou uma senhora aflita na sala e, com ar de zangada, disse-me que eu deveria informar os alunos de que se tratava de uma aplicação do teste para efeitos exclusivamente de investigação e não para orientação vocacional. Elegava dizendo que era psicóloga e que não usava os testes para esse fim, nem gostaria que os alunos fizessem qualquer tipo de associação entre as duas coisas.

Esta posição não era única, e hoje nós temos ao nível dos centros de orientação escolar e profissional uma grande maioria de psicólogos que recusam a aplicação do modelo de Derivière atrás referido. Assiste-se, mesmo, à iden-

Por

LEANDRO S. ALMEIDA (*)

tificação deste ou daquele centro e deste ou daquele psicólogo que continuam a usar os testes no seu trabalho e a sua rotulação de «tradicionais». Isto traduziu, de facto, um declínio enorme no uso dos testes e veja-se, por exemplo, que os editores de testes que antes existiam unicamente para esse efeito agora, se não desapareceram, orientam o seu trabalho para a publicação e difusão de textos no domínio da Psicologia e ciências afins.

Como pensa podermos ligar esses dois momentos ao ensino do método dos testes nas Faculdades de Psicologia? Pensa que se verificou um fenómeno idêntico?

Acho que sim. O ensino dos testes continua presente nos currículos existentes mas, um facto é que tal presença não aparece hoje tão valorizada como há alguns anos atrás. Veja-se, por exemplo, o grande número de investigações que antes se fazia, no contexto das universidades, sobre o assunto. Ao contrário dos anos 60, hoje não se encontra uma percentagem tão

O efeito nefasto que representam a proliferação de textos e livros sobre os testes dando exemplo de itens, explicitando como responder e obter sucesso nos testes.

elevada de teses de licenciatura e de doutoramento sobre os testes psicológicos.

Mas voltando à questão anterior, gostaria de referir alguns aspectos que contribuíram para o declínio verificado na utilização dos testes. Em primeiro lugar, a maioria das aplicações era feita colectivamente o que proporcionava que alguns alunos se sentissem como que obrigados a fazer o teste. Tal prática gerava evidentemente uma grande desconfiança e defesa por parte dos mesmos que, regiam então dando respostas totalmente ao acaso. Isto contribuía de facto para a pouca validade e utilidade da informação obtida. Aliás, sobre isto gostaria de referir o efeito nefasto que representam a proliferação de um grande número de textos e livros sobre os testes, designadamente dando exemplos de itens, explicitando como responder e obter sucesso nos testes. Tudo isto alterava as condições de validade inicialmente fixadas.



Em segundo lugar, assiste-se a uma certa descrença por parte dos profissionais em relação ao valor preditivo destes instrumentos. Acontecia muitas vezes que sujeitos que se orientavam para um determinado curso ou profissão,

Um grande número de investigações vêem na utilização dos testes uma forma de garantir a cientificidade dos estudos em questão, designadamente pelo cariz experimental que tal prática permitia defender.

seguido uma orientação dos testes, não obtinham o êxito esperado enquanto outros, sem essa orientação ou então não seguindo aquilo que os testes pareciam mostrar como mais aconselhável, obtinham sucesso. Tal conduzia a um sentido de inutilidade das mesmas provas pela generalidade dos utilizadores.

Por último, há um conjunto de objecções que são suficientemente conhecidas de todos e que poderíamos dividir em três grupos: objecções de carácter técnico, objecções de ordem moral e objecções de natureza política. Qualquer uma delas foi motivo de grandes controvérsias e volumosas publicações ou dissertações. Quanto às objecções de ordem técnica, e como já afirmamos anteriormente, acentuava-se a falta de rigor, o baixo índice de fidelidade e de validade da informação obtida com os testes. Do ponto de vista moral, e designadamente com os testes de personalidade, há o sentimento generalizado de que o uso dos testes representa um abuso ou uma invasão ilegítima da vida privada de cada um ou, a hipótese de se formular um juízo de valor sobre outrem. Finalmente, ao nível político surge o problema da não igualdade de todos os sujeitos perante o teste. Se quisermos, por outras palavras, os sujeitos dos níveis sociais mais elevados aparecem favorecidos nos testes. A objectividade e a neutralidade dos testes não são facilmente defensáveis, mostrando-se a sua prática por vezes contrária ao movimento pela democratização do ensino.

Após os inquéritos que pessoalmente realizou junto dos psicólogos belgas que ideia pensa existir nos psicólogos actualmente em relação ao futuro na utilização dos testes.

(*) Esta entrevista foi realizada aproveitando o estágio junto do Prof. Doutor Georges Meuris, durante o mês de Outubro. Tal estágio foi subsidiado pelo Instituto Nacional de Investigação Científica.

Bom, verifica-se duas posições extremas, uma que traduz uma rejeição pura e simples dos testes e outra que, mantendo-se próxima dos anos 50, continua a defender o uso dos testes, mesmo em moldes muito tradicionais. Estas posições são de facto as «menos boas» e aquelas que, a perder no futuro, poderão trazer mais problemas. Entretanto, regista-se uma terceira tendência, bem mais

esta última posição há já algum trabalho conjunto feito pelos «práticos» e pelos «teóricos» de psicologia, de que resultam novos campos de investigação e o assegurar de maior credibilidade e eficácia do método dos testes. Assiste-se, assim, a uma progressão no estudo e no uso dos testes e que eu transcreveria fazendo um diagrama (fig. 1): há um problema ou uma questão que surge na prática e que é

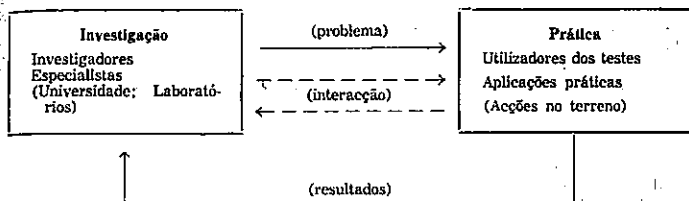


Fig. 1 — Princípio da dupla-maximização. A problemas concretos da prática psicológica, respondem os investigadores com novos dados que, por sua vez, podem suscitar novos problemas.

actual e representada, e que traz uma atitude mais positiva. Para estes, testes sim mas com a devida prudência, sem se os tomar como exclusivos, e com uma utilização muito adequada a cada indivíduo, ou se quisermos, uma utilização não mecanizada. Ligada a

colocada ou transferida para o investigador, geralmente numa Faculdade ou num Laboratório de Psicologia. Este agora procurará, numa interligação muito directa e próxima com essa mesma prática, encontrar uma resposta para o problema e fornecer os resultados

obtidos àqueles que dos mesmos careçam na sua prática. Este esquema permite não dissociar um certo trabalho de investigação, sempre necessário, de um trabalho de aplicação da Psicologia e, diremos que permite ultrapassar a dicotomia anterior entre o teórico e o prático da Psicologia, entre investigação e acção/aplicação. O avanço neste domínio, penso eu, deverá ser feito no futuro através da interligação destes dois aspectos. Se quisermos, trata-se de uma investigação operacional ou aplicada à prática diária, o que se afasta da investigação feita pelo mero prazer de investigar, e onde por vezes os resultados estão apresentados de modo a que poucos os entendem ou os podem aplicar. Trata-se da aplicação do princípio da dupla-maximização: um progresso da prática e da investigação, numa espiral contínua de desenvolvimento do conhecimento.

Uma última questão prender-se-ia mais com a utilização dos testes no contexto dos trabalhos do Laboratório de Pedagogia Experimental de que é Director.

A resposta deverá por um lado fazer referência aos testes mais tradicionais ou se quisermos testes psicológicos e, por outro, aos testes mais orientados para a avaliação dos conhecimentos escolares. Uns e outros são utilizados e eu diria que em três situações algo diferentes. Uma, primeira, será o uso dos testes num trabalho de aconselhamento pedagógico, não no sentido de dar sugestões, conselhos ou orientações mas, no de recolha de informação aplicada à aprendizagem dos alunos. Tal mostra-se particularmente importante

para aquilo a que podemos chamar de «pedagogia correctiva» e que assentará na análise das dificuldades e no conhecimento das suas causas. Um segundo tipo, e intimamente ligado, os testes psicológicos aparecem usados paralelamente com os testes de conhecimento e tal destina-se a um conhecimento das aquisições dos alunos e futuras acções a desenvolver. Muitas vezes esta utilização reveste-se de um sentido muito prático que é o de angariar uma maior objectividade e rigor na avaliação, que não seriam conseguidos com a aplicação apenas de um ou outro tipo de testes.

Há um conjunto de objecções que são suficientemente conhecidas de todos... objecções de carácter técnico, objecções de ordem moral e objecções de natureza política.

Por último, temos orientado a nossa acção para a procura de formas alternativas de avaliar os conhecimentos adquiridos pelos alunos e, sobretudo, o seu «saber fazer». Aqui, haverá a novidade da avaliação não se poder centrar apenas em aspectos de informação, designadamente ligados à memória dos indivíduos, mas ao grau em que os alunos compreendem e integram os conhecimentos e os são capazes de aplicar ou generalizar. Aqui, terão sentido as diversas formas de avaliação directa e as entrevistas, contrariando uma eventual utilização exclusivista dos testes tradicionais.

Jornal de Psicologia

Ano Internacional da Juventude

O *Jornal de Psicologia*, aproveitando a comemoração, em 1985, do *Ano Internacional da Juventude*, reservará uma grande parte das suas páginas de texto, em todos os números a sair em 1985, para a publicação de artigos sobre temas e/ou problemáticas directa ou indirectamente relacionados com os jovens e adolescentes.

Serão particularmente bem recebidos trabalhos que abordem temas ligados ao seu desenvolvimento psicológico em diferentes domínios (social, cognitivo, sexual, moral,

etc.), ou à intervenção psicológica, em diferentes contextos, junto dos jovens e adolescentes.

Os interessados em submeterem os seus trabalhos para apreciação, deverão enviar dois exemplares do trabalho para «*Jornal de Psicologia*», Rua das Taipas, 76 — 4000 Porto, dirigidos ao Chefe de Redacção. Todos os trabalhos deverão obedecer às normas referidas nas «*Indicações aos Autores*», publicadas no presente número (ver pág. 8).

Jornal de PSICOLOGIA indexado na maior fonte de informação mundial da literatura psicológica

O comité de revisão editorial dos Serviços de Informação da «Psychological Abstracts» (PsychINFO) recomendou o mês passado a inclusão do *Jornal de Psicologia* naquela sistema de informação da Associação Americana de Psicologia (APA). Assim, alguns dos artigos publicados no J.P. passarão a ser resumidos e indexados na PsychINFO que, ao produzir cerca de 2750 resumos por mês com citações completas, é a maior fonte de informação mundial de literatura existente na área da Psicologia e domínios afins.

A inclusão na «PsychINFO», dos resumos dos artigos publicados, colocará o *Jornal de Psicologia* à disposição da comunidade científica internacional, quer através de buscas manuais (na publicação «Psychological Abstracts» da A.P.A.), quer recorrendo aos serviços computadorizados da «PsychINFO».

Se por um lado tal reconhecimento representa um redobrar de responsabilidades, que a equipa do *Jornal de Psicologia* está disposta, mais do que nunca, a assumir, por outro lado representa sem dúvida, um bom reforço para todos aqueles que desde o primeiro número apostaram e continuam a apostar no J. P. e um óptimo estímulo para os que, futuramente, desejarem colaborar.

AO SEU DISPOR:

GUIA DE CURSOS E PROFISSÕES

Por José M. Castro, Maria do Céu Taveira e Pedro Pinho

UMA PUBLICAÇÃO COM 144 PÁGINAS DE INFORMAÇÕES ÚTEIS!

ensino secundário complementar, ensino médio e superior!

Uma edição «*Jornal de Psicologia*» com o apoio da Fundação Eng.º António de Almeida

À VENDA NAS LIVRARIAS

DESCONTO PARA ASSINANTES DO J.P.: 240\$00 (PORTE DE CORREIO INCLUIDO)

Jornal de PSICOLOGIA

ACTUALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM PSICOLOGIA UM NOVO FORMATO PARA 1985

ASSINATURA ANUAL (5 números):

Portugal e Espanha: Pessoal, 250\$00; Instituições, 350\$00.

Países de expressão portuguesa (Brasil e África): U.S. \$4; U.S. \$6.

Europa: U.S. \$5; U.S. \$7.

Outros países: U.S. \$7; U.S. \$10.

Preço avulso: 60\$00; Números atrasados: 100\$00.

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE:

«*Jornal de Psicologia*», Rua das Taipas, 76 — 4000 Porto.

ASSINE HOJE MESMO!

PROBABILIDADE E PSICOLOGIA

CONTINUAÇÃO DA PAGINA 3

dinário? No caso da Física, p. ex., a estatística inferencial não é usada, e grandes teóricos como os psicólogos da Gestalt e Jean Piaget nunca nas suas experiências calcularam um único teste-t. Na opinião de Kurt Danziger (1983), a análise de variância não foi tomada no fim dos anos 30 da Genética e Agronomia para a Psicologia por se adequar perfeitamente às questões desta e portanto ser particularmente frutuosa em termos teóricos, mas sim por possibilitar aos psicólogos aplicações práticas na Pedagogia e Indústria. Problemas pedagógicos concretos, como o de valer ou não a pena implementar um novo curriculum, pareciam resolúveis justamente através da análise de variância. O pego responsável podia deste modo fundamentar a sua resolução de que um curriculum é melhor que outros curricula através de um «processo científico de decisão». Por outro lado, os psicólogos podiam também assim pôr à prova a relevância prática da sua ciência — uma preocupação que, particularmente nos EUA, parecia tornar-se necessária, depois de a psicologia alemã dos primórdios, de Gustav Theodor Fechner e Wilhelm Wundt, ter alcançado uma aura de respeitabilidade científica.

Ora o que se torna saliente é que uma estatística assim entendida — orientada para a aplicação prática e não para a significação teórica — é inofensiva para, e até compatível com, uma visão determinista do mundo. É revelador que até aos anos 50, inclusive, os

O ser humano funciona segundo princípios estatísticos, não sendo por completo causalmente determinado, previsível e controlável.

modelos estatísticos tenham servido de meios/ajudas de decisão ao prático ou ao experimental, e não tenham sido entendidos como modelos sobre as pessoas investigadas. Neste último caso ser-se-ia levado a pensar que o ser humano funciona segundo princípios estatísticos, não sendo por completo causalmente determinado, previsível e controlável. Porém tal teria sido incompatível com a concepção determinista vigente no tempo, e assim a incerteza só era admitida do lado do experimentador. Esta antiga interpretação da probabilidade em termos de ignorância do experimentador adequava-se perfeitamente a uma concepção determinista do ser humano.

Porque é que nos manuais, durante muito tempo e em parte ainda hoje, a Estatística é ensinada de forma anónima? Isto é particularmente interessante, pois a estatística que o psicólogo médio tem de aprender é uma mistura das ideias de R. A. Fisher por um lado, e J. Neyman e E. S. Pearson por outro. Porém, de facto, estes dois lados defrontaram-se em litígio, tendo na altura cada um tomado posições irredutíveis. É ainda interessante que a estatística inferencial de Bayes tenha tradicionalmente sido rejeitada, e apenas nos últimos anos pareça assistir-se ao seu renascimento. Ora, na medida em que se aprende estatística anonimamente, o estudante não fica a saber dos problemas surgidos, nem das opiniões — estatística aprendida anonimamente desperta, tal como matemática aprendida anonimamente, a impressão de verdade absoluta. Também isto não parece muito apropriado para aumentar a compreensão teórica do que, como cientista, se faz; parece antes adequado para produzir inúmeras utilizações, apressadas, muitas vezes impensadas e apenas parcialmente compreendidas.

Limitar-me-ei aqui a dois problemas básicos (veja-se Acree, 1978; Gigerenzer, 1981, para discussão mais aprofundada). A teoria de Neyman e Pearson trata da probabilidade de observações dadas determinadas hipóteses. (Daí os primeiros testes de significância se terem desenvolvido para rejeitar observações «erradas» e não hipóteses «falsas»). Ora é evidente que em psicologia praticamente nunca aparece este tipo de questão, ocorrendo antes a questão inversa: a de se poder rejeitar ou aceitar hipóteses dadas determinadas observações. A teoria não foi desenvolvida e — segundo Neyman e Pearson — também não é utilizável para este propósito. Pelo contrário, a teoria de Bayes trata justamente o nosso problema de concluir sobre hipóteses dadas determinadas observações, e contudo tradicionalmente não é considerada em psicologia. Talvez isto tenha que ver, quer com o facto de Bayes ser conhecido pelo conceito dito de probabilidade subjectiva, e a palavra «subjectivo» evocar em muitos psicólogos comportamentos de evitamento (isto é, eles não chegaram ainda a confrontar-se com o seu verdadeiro conteúdo), quer com o facto de, do outro lado (o de R. A. Fisher), a palavra «significativo», habilmente escolhida, sugerir a associação com um «achado importante», «relevante» (sem que necessariamente esteja presente um efeito de magnitude importante).

A segunda ideia básica que gostaria de expor é que a estatística de Fisher-Neyman & Pearson por

Com a viragem cognitiva abriu-se um novo campo de investigação: as estratégias de pensamento e julgamento em situação de incerteza.

um lado, e a de Bayes, por outro, sugerem duas estratégias diferentes de investigação psicológica. A primeira considera isoladamente cada experiência; deve-se chegar por fim a uma decisão «sim/não» sobre a hipótese nula. A consequência é uma abundância de decisões «sim/não» individuais, que se mantêm mais ou menos desconexas, como aliás hoje se lamenta o imenso crescimento selvagem de resultados isolados. Pelo contrário, no caso de Bayes parte-se de uma probabilidade *a priori*, que por assim dizer «deve conter todo o conhecimento existente sobre uma hipótese». E neste contexto que é implementada a experiência, cujo resultado «modificará a probabilidade *a priori*». A nova probabilidade, a «probabilidade *a posteriori*», pode então ser tomada como probabilidade *a priori* da experiência seguinte. Está aqui subjacente uma outra forma de conceber a natureza da investigação empírica: esta é cumulativa e concatenada. A investigação é aqui um processo progressivo, em princípio infinito, de modificação da probabilidade de hipóteses com base em novas observações. Em Fisher-Neyman & Pearson, tal como nós, psicólogos, fomos ensinados, a investigação consiste em testes de significância isolados e em muitas decisões pontuais sim/não. Tais decisões pontuais sim/não tinham sentido nas situações de decisão acima referidas, que por condicionaismos práticos, era imprescindível tratar directamente, situação: essa que não é característica da investigação teórica.

3. A VIRAGEM COGNITIVA: O SER HUMANO COMO ESTATICISTA INTUITIVO

A partir dos anos 60 multiplicaram-se as aplicações e desenvolvimentos de modelos probabilistas; p. ex., na teoria da medida (Gigerenzer, 1981; Gigerenzer & Strube, 1983) ou na teoria da detecção do sinal (Swets, 1964). Historicamente, estes modelos têm em grande parte a sua origem nos trabalhos de Louis Leon Thurstone (1927). Ao contrário de Brunswik, Thurstone teve muito êxito com as suas ideias probabilistas (para medição de percepções sensoriais e atitudes): diferentemente de Brunswik recusou-se explicitamente a interpretar os seus conceitos matemático-probabilistas em termos psicológicos, evitando assim uma confrontação com o ideal determinista do seu tempo (Gigerenzer, 1982, 1983). A partir dos anos 60, através da chamada viragem cognitiva abriu-se um novo campo de investigação, cuja origem se pode atribuir em princípio à metáfora de Brunswik do «ser humano como estatístico intuitivo» a investigação de estratégias de pensamento e julgamento em situação de incerteza.

A diferença teórica fulcral é que as ideias probabilistas modelam agora o objecto da psicologia, o

Do pensamento determinista à revolução probabilista: a introdução da incerteza e imprevisibilidade nas ciências.

pensar e julgar das pessoas, e não só a ignorância do psicólogo experimental.

Ora aqui aparece a estatística de Bayes (como modelo normativo para o pensar e o julgar das pessoas investigadas, mas não, bem entendido, para o investigador!). Uma das primeiras propostas teve o seu ponto de partida nas ideias da Psicologia da Gestalt sobre a simetria e harmonia, nomeadamente, nos trabalhos de Fritz Heide (1958), e encara o ser humano co-

CONTINUA NA PAGINA 10

INDICAÇÕES AOS AUTORES

- JORNAL DE PSICOLOGIA publicará artigos sobre temas das diversas áreas da Psicologia e das Ciências da Educação, incluindo igualmente artigos de opinião ou de interesse informativo geral.
- Os originais devem ser enviados, em duplicado, para «JORNAL DE PSICOLOGIA», Rua das Taipas, 76 — 4000 Porto, dirigidos ao Chefe de Redacção.
- Os originais, que não devem ultrapassar as 6-7 páginas, devem ser dactilografados a dois espaços, em folhas brancas de tipo A/4. Na primeira página deverão figurar o título, nome do autor, instituição e/ou categoria profissional e respectivos endereços.
- Os desenhos (gráficos e esquemas) deverão ser efectuados em papel vegetal, com tinta da china e as fotografias devem ser aceitáveis para a tipografia. Tanto os desenhos como as fotografias deverão ser numeradas, sendo enviado à parte o texto dactilografado das legendas.
- A bibliografia ou referências a autores e obras devem obedecer às normas internacionais.
- Os artigos devem ser acompanhados de um pequeno resumo, em inglês, não excedendo as cem palavras.
- Os artigos publicados são da responsabilidade dos seus autores.
- O «JORNAL DE PSICOLOGIA» está aberto a colaboração, não se responsabilizando conteúdo, pela publicação de originais não solicitados.

LEITURA
LIVRARIA
LEITURA

SECÇÃO ESPECIALIZADA DE LIVROS SOBRE PSICOLOGIA

RUA DE CEUTA, 88
TELS. 24576/24584
4000 PORTO-PORTUGAL

JORNAL DE PSICOLOGIA:

Que conteúdos? Quem escreve? Quem lê?

PAULO MACHADO

Utilizando a informação disponível no momento, incluindo já a referente ao n.º 5 (Novembro/Dezembro de 1984), é possível indicar de seguida alguns aspectos que permitem, de algum modo, responder às três perguntas formuladas: Que assuntos o JP referiu até ao momento? Quem tem escrito no JP? E, por último, quem lê o JP?

1. QUE ASSUNTOS?

No que respeita aos conteúdos abordados e, situando-nos em primeiro lugar nos domínios da prática psicológica, os artigos cobrem as seguintes áreas (entre parentesis as percentagens respectivas): Educacional e escolar (26%), Social e organizações (15%), Clínica e consulta psicológica (30%) e Temas gerais, fundamentação e história (29%).

Utilizando os diferentes ramos da Psicologia como ciência ou, se quisermos, reconhecendo às disciplinas curriculares usualmente apontadas, teríamos a seguinte representatividade: Psicologia experimental (3%), Psicologia diferen-

cial ou psicométrica (6%), Psicossociologia das organizações (8%), Diagnóstico psicológico (3%), Psicologia desportiva (4%), Consulta psicológica (8%), Psicologia geral e História da Psicologia (11%), Prática psicológica em Portugal (7%), Prática psicológica em países estrangeiros (4%), Psicopatologia e saúde mental (9%), Orientação vocacional (6%), Psicopedagogia e Formação de professores (12%), Educação especial (7%), Psicologia do desenvolvimento (6%) e Psicologia cognitiva (6%).

Do agora exposto depreende-se a grande diversidade de assuntos. Este aspecto parece-nos de fundamental importância dadas as características e os objectivos que este jornal pretende salvaguardar e com os quais tem vindo, progressivamente, a identificar-se.

2. QUEM ESCRIVE?

Em primeiro lugar, quanto à nacionalidade dos autores verifica-se que 68% são nacionais e 32% são estrangeiros (incluindo-se as entrevistas concedidas ao JP). Em termos de formação académica, encontramos 81% de licenciados e 19% de doutorados (registre-se que, nos estrangeiros, 95% são doutorados). Quanto à actividade profissional dos autores nacionais encontramos 63% como Assistentes, 17% Professores e 20% Psicólogos não ligados ao Ensino Superior. Dos autores estrangeiros apenas um não está ligado a qualquer Universidade.

Em termos de proveniência dos autores, e olhando à localidade em que exerceu a sua actividade profissional, verifica-se que: 50% são do Porto, 7% são de Coimbra, 7% são de Braga, 32% são estrangeiros e 4% do resto do país.

Poder-se-á concluir por uma maior incidência dos autores na Zona Norte do País, e da cidade do Porto mais concretamente. Por outro lado, verifica-se uma alta

percentagem dos autores ligados à docência universitária.

3. QUEM LÊ?

Esta última questão apenas pode ser respondida parcialmente. Neste momento, o JP é distribuído por todo o território nacional, não sendo possível caracterizar a população global de leitores. Utilizamos aqui, unicamente, os dados disponíveis das fichas de assinantes.

Por exemplo em termos de distritos, o Porto aparece como o mais representado: Porto (42%), Lisboa (19%), Aveiro (7%), Leiria (4%). Os restantes distritos aparecem com uma percentagem inferior a 4%. É também inferior a 3% de assinantes dos Açores e de assinantes do Estrangeiro.

Finalmente e olhando à actividade profissional, a grande maioria dos assinantes são Psicólogos (43%). Dos restantes constata-se: Estudantes (29%), Professores e Educadores de infância (11%), Outros (17%).

Artigos publicados no JORNAL DE PSICOLOGIA 1982/1984

1982 - N.º 1 (MARÇO/ABRIL)

«Nota de abertura» — J. Bairrão Ruivo.
«A educação das crianças deficientes mentais na Suécia» — Hakan Brokstedt.
«Educação especial: clarificação de conceitos» — Jorge M. Pinho.
«Inibições, lesões e perturbações dos deficientes mentais» — Gunnar Kyllén.
«Orientação precoce da criança com deficiência visual» — Vasco Fernandes.
«Os insucessos escolares» — Anna Bonboir.

1983 - N.º 2 (JANEIRO/FEVEREIRO)

«Os psicólogos na educação» — Óscar Gonçalves.
«A Psicologia em Portugal (I): uma hipótese de abordagem histórica» — Isolina Pinto Borges.
«Apontamentos sobre o conflito social. I — Os conflitos intra-organizacionais» — Artur Parreira.
«Promoção do desenvolvimento psicológico dos adolescentes: entrevista com... Norman Sprinthal» — José Fernando Cruz e Óscar Gonçalves.
«O sistema de aconselhamento e orientação na Checoslováquia: a concepção do diagnóstico psicológico» — Josef Kosco e Vladimir Hlavenka.

1983 - N.º 3 (MARÇO/ABRIL)

«Critérios de sucesso no ensino» — Leandro S. Almeida.
«Modificação do comportamento e desenvolvimento de competências no desporto» — José Fernando A. Cruz.
«A prevenção do suicídio através do telefone, aspectos de uma experiência na cidade do Porto» — Pedro Lopes dos Santos e José Carlos Couto Soares Pacheco.
«Formação psicológica de professores: entrevista com... Lois Thies-Sprinthal» — José Manuel Castro e Maria José Neves.
«Microconsulta um modelo útil» — Óscar Gonçalves.
«O stress nas organizações» — Francisco Fontes.
«Investigação e formação em Psicologia Industrial e das organizações na Holanda» — J. D. Drenth.

1983 - N.º 4 (MAIO/JUNHO)

«A redescoberta de nós próprios: a problemática das relações pessoais» — Constança Paúl.
«Os conflitos sociais: II — O conflito entre grupos mais ou menos estruturados» — Artur Parreira.
«A Psicologia em Portugal (II): contributo do pensamento português até ao séc. XVI» — Isolina Pinto Borges.
«A formação psicológica de professores: experiência dos ramos educacionais na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto» — Óscar Gonçalves, Isabel Soares e Marina Serra de Lemos.
«Novas perspectivas no estudo da inteligência: entrevista com... Robert Sternberg» — Leandro Almeida.
«Psicologia na República Federal da Alemanha: os origens da Psicologia científica à formação e investigação actual» — Maria de São Luís Castro.

1983 - N.º 5 (SETEMBRO/OUTUBRO)

«Novos papéis para os psicólogos na escola» — Norman Sprinthal.
«O bom e o mau selo: apologia da unidade dos psicólogos em Portugal» — Óscar Gonçalves.
«Importância dos factores cognitivos no rendimento dos atletas» — José Fernando Cruz.
«Programa de formação psicopedagógica: ramo educacional da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra» — Nicolau V. Raposo e João J. Boavida.
«Consulta psicológica: entrevista com... Allen E. Ivey» — Óscar Gonçalves.
«O consumo de droga na adolescência: considerações sobre a sua etiologia e prevenção» — Jorge Negreiros.
«O desenvolvimento psico-social das crianças e dos jovens» — Fernando Pinto.

1983 - N.º 6 (NOVEMBRO/DEZEMBRO)

«Testes de inteligência: do apogeu à desgraça» — Leandro S. Almeida.
«Progressos recentes no tratamento psicológico de distúrbios psicofisiológicos» — Carlos M. L. Pires.
«Estilos de liderança e seus efeitos sobre o processo que condicionam o conflito intergrupais» — A. Parreira.
«Auto conceito e desenvolvimento pessoal: Entrevista com... Peter Merenda»

— Leandro S. Almeida e Lúcia F. Dias.
«Consulta psicológica: a procura de um modelo alternativo» — Óscar Gonçalves.

«O desenho da família no contexto da abordagem psicológica da criança» — R. A. Abrunhosa.

«Treino de autonomia para deficientes mentais» — A. J. M. Carneira.

«O encontro europeu de análise experimental do comportamento» — Natália Ramos.

1984 - N.º 1 (JANEIRO/FEVEREIRO)

«Novas perspectivas para a orientação vocacional» — Direcção Nacional da A.P.L.P.

«As dimensões da consulta psicológica» — Óscar Gonçalves.

«Estilos de liderança e conflito intergrupais (conclusão)» — A. Parreira.

«Psicologia da memória: Entrevista com... Alan Baddeley» — Maria de São Luís Castro e Pedro Santos.

«A Psicologia em Portugal (III): das fins do séc. XVI aos princípios do séc. XVIII» — Isolina Pinto Borges.

«Encorajamento como factor de desenvolvimento e aprendizagem: notas sobre um projecto de investigação» — I. Alarcão e J. Tavares.

«Reflexões sobre uma cadeira de Psicologia do desenvolvimento no curso de formação de professores da Universidade do Minho» — J. Formosinho e M. A. Ribeiro.

1984 - N.º 2 (MARÇO/ABRIL)

«Alcoolismo: um termo em questão; apontamento para uma estratégia sistémica de prevenção do beber nocivo» — A. Gameiro.

«Tendências no uso dos testes em orientação vocacional» — P. Pinho.

«Perspectivas actuais da intervenção psicológica no desporto» — José Fernando A. Cruz.

«Promoção do desenvolvimento psicológico dos professores» — L. Thies-Sprinthal.

«Progressos recentes no tratamento psicológico de distúrbios psicofisiológicos: II — Insónias e enureses» — Carlos L. Pires.

«O encontro nacional de intervenção psicológica na educação» — A. P. L. P./D. N.

1984 - N.º 3 (MAIO/JUNHO)

«A emergência da perspectiva psicológica para a compreensão do alcoolismo» — Jorge Negreiros.

«Clínica da estatística e estatística da clínica» — B. Cadet.

«Intervenção psicológica na educação» — A. P. L. P./D. N.

«Desenvolvimento cognitivo: Entrevista com... Bardel Inhelder» — Isabel M. Pinto e Isabel Soares.

«A problemática da adolescência no Freis Luis de Sousa» — Constança Paúl.

«II workshop europeu de neuropsicologia cognitiva» — Maria de São Luís Castro.

1984 - N.º 4 (SETEMBRO/OUTUBRO)

«Médicos psiquiatras e psicólogos» — (Extracto do parecer da Ordem dos Médicos).

«É a ansiedade uma resposta emocional condicionada?» — Carlos Manuel Lopes Pires.

«A Psicologia em Portugal (IV): evolução do pensamento português de Luís António Verney a Silvestre Pinheiro Ferreira» — Isolina P. Borges.

«Avaliação da imagem pública dos líderes internacionais» — Peter Merenda.

«Jogos de crescimento pessoal no movimento do potencial humano: experiência californiana» — Victória J. Santos.

«Jornadas de consulta psicológica: o psicólogo na orientação escolar e profissional» — J. F. Cruz.

«Carreira dos psicólogos no âmbito do Ministério da Educação: parâmetros de estruturação» — (Redacção JP).

1984 - N.º 5 (NOVEMBRO/DEZEMBRO)

«Delimitação de actividades entre médicos-psiquiatras e psicólogos» — Posição do Sindicato Nacional dos Psicólogos.

«Probabilidade e Psicologia» — Gerd Gigerenzer.

«Divergências entre peritos orientadores e licenciados em psicologia» — Redacção J.P.

«A utilização dos testes psicológicos: Entrevista com... Georges Meunier» — Leandro Almeida.

«Jornal de Psicologia: que conteúdos? quem escreve? quem lê?» — Paulo Machado.

Posição do Sindicato dos Psicólogos

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 2

de exclusiva intervenção psicológica» reconhecidas pela própria Ordem dos Médicos (ponto n.º 7).

Tal afirmação por parte da Direcção do Colégio de Psiquiatria, só pode partir da ignorância do conteúdo curricular e funcional das Escolas de Psicologia, em que muitos conceituados Professores de Psiquiatria estão ou já passaram

malidade» (ponto n.º 8). Efectivamente, é difícil conceber que o psicólogo conheça o normal ignorando o seu contrário, como a Ordem dos Médicos pretende fazer crer. Como se conseguirá distinguir o «normal» senão pela diferenciação e conhecimento do que é «anormal»?

Faça ao exposto, verifica-se que o parecer elaborado pela Ordem dos Médicos sobre a «delimitação

do psicólogo na saúde. Tratar-se-á dum papel complementar, ou auxiliar?

Felizmente, tanto em Psiquiatria (ao contrário do que propõe a Direcção do Colégio desta especialidade), como noutras especialidades médicas, na prática diária o psicólogo é reclamado como técnico complementar da acção psiquiátrica, pediátrica, cardiológica, oncológica, da saúde escolar, saúde pública, etc.

Tratando-se de complementariedade de perfis profissionais distintos, a questão do exercício tutelado reclamado pela Ordem dos Médicos parece anacrónica.

O papel do psicólogo na saúde, como complementar, deve ser

exercido com a mesma autonomia e sentido de responsabilidade que, embora obviamente lho reconheçamos, não constitui monopólio da classe médica.

Não há, pelo menos a nível manifesto, licenciaturas de 1.ª e licenciaturas de 2.ª, Faculdades em que formam técnicos com sentido de responsabilidade, e noutras se formem indivíduos irresponsáveis.

Aceitamos a urgência e necessidade de regulamentar a intervenção dos psicólogos clínicos na saúde, e reiteramos mais uma vez a nossa vontade e disposição para colaborar com outras organizações profissionais no âmbito da Psicologia e com as diversas estruturas organizativas dos médicos (e não apenas a Ordem).

A Direcção Nacional
do Sindicato Nacional
dos Psicólogos

Felizmente (o parecer da Ordem) não expressa o sentir de todos os psiquiatras, nem muito menos de outras organizações profissionais ou científicas do foro médico, onde se encontram associados psicólogos e psiquiatras com os mesmos direitos e deveres.

a ensinar os tais «conteúdos básicos» e não só (por exemplo os Professores Vaz Serra, Eurico de Figueiredo, Pedro Luzes, Bracinha Vieira, etc.).

4. O sentido geral do parecer em causa, bem como as respectivas propostas, estão em contradição, não apenas com a afirmação já citada da existência de «terapias de exclusiva intervenção psicológica», mas essa contradição confirma-se quando se atribui ao psicólogo o «conhecimento da nor-

de actividades entre médicos psiquiatras e psicólogos», constitui uma intromissão abusiva e portanto intolerável num assunto da Psicologia, não competindo aquela definir o que é que os psicólogos podem ou não podem fazer no pleno exercício da sua actividade.

Verifica-se também que os males de que enferma o parecer em análise, o tornam insuficiente para fundamentar a regulamentação reivindicada.

Reconhece-se o papel necessário

JORNADAS SINDICAIS

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 5

de leccionar Psicologia, no ensino secundário.

6. Foi reconhecida a necessidade de se realizar uma Assembleia de Psicólogos e suas organizações representativas, e para tal constitui-se um grupo de trabalho que seja o interlocutor junto das outras organizações de Psicólogos, a fim de preparar a Assembleia de Psicólogos.

7. Foi criado um grupo de trabalho, a funcionar nas sedes do Sindicato, (Lisboa e Porto), que irá dinamizar a luta dos Psicólogos desempregados.

8. Apelou-se à participação dinâmica dos Psicólogos nas iniciativas do Sindicato Nacional de Psicólogos, a fim de evitar que entidades «estranhas» à Psicologia, pretendam regulamentar o papel do Psicólogo.

PROBABILIDADE E PSICOLOGIA

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3

mo um «estaticista racional». Um representante fundamental é Harold Kelley (1967), que descreve o processo de dedução causal dos humanos através de um mecanismo racional de análise de variância. Neste contexto, deduções causais erradas explicam-se pelo facto de a pessoa dispor de informações distorcidas e não por ser uma má estatística intuitiva.

Partindo de David Hume, Amos Tversky e colaboradores (Kahneman, Slovic & Tversky, 1982) chegam a uma concepção humana diferente. Segunda esta, em situações de incerteza as pessoas usam para os seus juízos estratégias simples («heurísticas»), que levam a erros sistemáticos e previsíveis. Estes erros encontram-se nos juízos intuitivos de leigos e peritos. Por exemplo, com base numa mamografia, os médicos sobrestimam sistematicamente a probabilidade de cancro, provocando um número desnecessariamente elevado de intervenções perigosas como a biopsia do seio — isto sem falar no medo que é causado à paciente (Eddy, 1982). Os médicos investigados utilizavam uma heurística semelhante à dos leigos e cometiam os mesmos erros. Julgar sob incerteza, ou pensar intuitivamente, quase não tem sido até hoje ensinado nas escolas — pelo menos a psicologia «cognitiva» começa agora a ocupar-se deste tema.

Os três exemplos mencionados — a repressão de ideias probabilistas no caso de Egon Brunswik, a simbiose entre determinismo e estatística a custo da negligência de problemas teóricos, e a redescoberta das «probabilidades subjectivas» como base do pensamen-

to e julgamento — dão uma imagem das relações de tensão e aproximação entre psicologia e probabilidade. A investigação de todo e qualquer ponto de contacto e interpenetração entre psicologia e probabilidade fará parte das tarefas de uma Psicologia do futuro.

NOTAS

(1) Membros do grupo de investigação John Beatty, Phoenix, USA (biologia); Nancy Cartwright, Stanford, USA (física); I. Bernard Cohen, Cambridge, USA (história da ciência); William Coleman, Madison, USA (história da medicina); Lorraine J. Daston, Cambridge, USA (história da matemática); Gerd Gigerenzer, Munique, RFA (psicologia); Jan Hacking, Toronto, Canadá (filosofia da ciência); Robert A. Horvath, Sieged, Hungria (economia); Gerard Jorland, Paris, França (economia); Andreas Kamlah, Osnabrück, RFA (filosofia); Karl H. Metz, Munique, RFA (história); Mary S. Morgan, Londres, Inglaterra (economia); David J. Murray, Kingston, Canadá (psicologia); Anthony R. Overschall, Chapel Hill, USA (sociologia); Jan von Plato, Helsinquia, Finlândia (física); Theodore M. Porter, Pasadena, USA (história da ciência); Ivo Schneider, Munique, RFA (história da matemática); Zeno G. Swijtink, Groningen, Holanda (filosofia da ciência); M. Norton Wise, Los Angeles, USA (história da física). A direcção coube a Lorenz Krüger, Berlim (filosofia), assistido por Michael Heideberger e Rosemarie Rheinwald (ambos filosofia).

Os resultados da investigação serão publicados em 1985, numa obra de dois volumes. Até ao momento estão publicadas as comunicações apresentadas em dois simposios: M. HEIDELBERGER & L. KRÜGER (Eds.): Probability and conceptual change in scientific thought. Bielefeld: Kleine, 1982. M. HEIDELBERGER, L. KRÜGER & R. RHEINWALD (Eds.): Probability since 1800. Bielefeld: Kleine, 1983.

(2) Dada ... uma inteligência, que pudesse compreender todas as forças que animam a natureza e a situação respectiva dos seres que a compõem ... uma inteligência suficientemente vasta para submeter estes dados a análise ... nada seria incerto, e o futuro, tal como o passado, estaria presente aos seus olhos.

(3) «Deus pode não jogar, mas os animais e humanos jogam, ... não podem senão jogar, numa ecologia que é de essência apenas parcialmente acessível à sua capacidade de prever.»

BIBLIOGRAFIA

- ACREE, M. C. — Theories of statistical inference in psychological research: A historical-critical study. (Dissertation). Ann Arbor, MI: University Microfilms International, 1978.
- BERKOWITZ, L. & DONNERSTEIN, E. — External validity is more than skin deep. *American Psychologist*, 1982, 37, 245-257.
- BORING, E. G. — Eponym as placebo. In E. G. Boring, History, Psychology, and Science. New York: Wiley, 1963.
- BRUNSWIK, E. — In defense of probabilistic functionalism: A reply. *Psychological Review*, 1955, 62, 236-242.
- DANZIGER, K. — Statistical method and the historical development of research practice in American psychology. Artigo apresentado no simposio «Fallout from the probabilistic revolution: Applications of statistics in policy and research design», Centro de Investigação Interdisciplinar, Bielefeld, Abril 1983.
- EDDY, D. M. — Probabilistic reasoning in clinical medicine: Problems and opportunities. In D. Kahneman, P. Slovic & A. Tversky (Eds.): Judgement under uncertainty: Heuristics and biases. Cambridge University Press, 1982.
- GIGERENZER, G. — Messung und Modellbildung in der Psychologie. München: Reinhardt, 1981.
- GIGERENZER, G. — On the role of probability in psychology: L. L. Thurstone's solution to the problem of measurement and its impact on psychological research today. In M. Heideberger & L. Krüger (Eds.): Probability and conceptual change in scientific thought. Bielefeld: Kleine, 1982.
- GIGERENZER, G. — Interpretations of variability in the history of psychology. In M. Heideberger, L. Krüger & R. Rheinwald (Eds.): Probability since 1800. Bielefeld: Kleine, 1983.
- GIGERENZER, G. — External validity of laboratory experiments: The frequency-

- validity relationship. *American Journal of Psychology*, 1977, 92, 185-192.
- GIGERENZER, G. & STRUBE, G. — Are there limits to binaural additivity of loudness? *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*, 1983, 9, 128-136.
- GREGORY, R. L. — Concepts and mechanisms of perception. New York: Scribners, 1974.
- GRUBER, H. E. — The fortunes of a basic Darwinian idea: Chance. In R. W. Rieber & Kurt Salzinger (Eds.): The roots of American psychology: Historical influences and implications for the future. New York: The New York Academy of Sciences, 1977.
- HEIDER, F. — The psychology of interpersonal relations. New York: Wiley, 1958.
- KAHNEMAN, D., SLOVIC, P. & TVERSKY, A. (Eds.) — Judgement under uncertainty: Heuristics and biases. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- KELLEY, H. H. — Attribution theory social psychology. In D. Levine (Ed.), Nebraska symposium on motivation, Vol. 15. Lincoln: University of Nebraska Press, 1967.
- LAPLACE, P. — A philosophical essay on probabilities (1814). F. W. Truscott and F. L. Emory, trans. New York: Dover, 1951.
- NISEBETT, R. & ROSS, L. — Human inference: Strategies and shortcomings of social judgment. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall, 1980.
- SWETS, J. A. — Signal detection and recognition by human observers. New York: Wiley, 1964.
- THURSTONE, L. L. — A law of comparative judgement. *Psychological Review*, 1927, 34, 273-286.

ABSTRACT

The author, member of the research project «The Probabilistic Revolution» (Interdisciplinary Research Center, BIELEFELD), discusses the impact of probabilistic concepts in Psychology. He argues that until the sixties a deterministic view of man, paradoxically allied to a particular type of statistics, was dominant. Fortunately, with the cognitive change, probabilistic concepts — such as Brunswik's subjective probabilities — were rediscovered as the basis of judgement and coping behaviors of human beings.

Simpósio da Universidade Técnica de Lisboa

PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE

Nos próximos dias 21 e 22 de Março decorrerá nos Auditórios da Fundação Gulbenkian, em Lisboa, um Simpósio subordinado ao tema «Pedagogia na Universidade».

O Simpósio «Pedagogia na Universidade» é uma iniciativa da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa que pretende contribuir para uma análise e reflexão aprofundadas da questão pedagógica, como componente integrante do Ensino Superior em geral e do Ensino Universitário, em particular.

De-se que o Simpósio espaço aberto à par- a de docentes e es- o debate, o mais os múltiplos as- to pedagógico ide, nomeada- pedagógicas tes entre a ição; o pa- dagógicos; idade e ao estudantes; ante; a for- os métodos ; os sistemas ncimentos a uado; as rela-

ções entre a Universidade, o meio profissional e a sociedade; a coope- ração pedagógica com os países de língua oficial portuguesa.

As áreas a abordar no Simpósio são as seguintes: A Pedagogia na Docência, A Pedagogia na Investiga- ção, A Pedagogia na Formação e Avaliação dos Docentes Universi- tários e Métodos e Técnicas Peda- gógicas.

Do programa provisório constam as seguintes conferências e mesas-redondas: 1 — Conferência: «Questões pedagógicas no Ensino Superior» — Prof. Klaus Künkel, Universidade Técnica de Berlim; 2 — Conferência: «Investigação uni- versitária — Factor de renovação pedagógica» — Prof. João de Deus Pinheiro, Universidade do Minho; 3 — Mesa redonda: «Diálogo do- cente-discente; formação e avalia- ção» — Profs. Evangelista Loureiro (Coordenador) — Alberto de Melo, Bartolo Paiva Campos, Odete Va- lente, Orlando Lopes, Vasconcelos Raposo; 4 — Conferência: «Subs- dios para uma teoria Pedagógica do Ensino Universitário» — Prof. Evangelista Loureiro, Universidade de Aveiro; 5 — Mesa redonda:

«Análise do inquérito UTL» — Re- presentantes dos Conselhos Peda- gógicos das Escolas da UTL; 6 — Conferência: «Inovação e difusão pedagógicas associadas à utilização de novas tecnologias em educação» — Prof. Rocha Trindade, Instituto Português do Ensino à Distância; 7 — Mesa redonda: «Funções dos Conselhos Pedagógicos nas Escolas do Ensino Superior» Profs. Ma-

mela Silva (coordenador) Armando Moreno, Eduardo Ferrugento, Gon- çalves Pedro, Pereira Amaro, Ca- milo Cardoso e estudante Paulo Serranito.

Para mais informações os inte- ressados poderão contactar com: «Secretariado do Simpósio da UTL» — Alameda de Santo António dos Capuchos, 1 — 1100 Lisboa.

Congresso do ensino particular e cooperativo

Decorreu em Lisboa, nos pas- sados dias 5, 6 e 7 de Dezembro, o «3.º Congresso do Ensino Particular e Cooperativo» que reuniu cerca de um milhão de participantes, entre congressistas, entidades promoto- ras, conferencistas e moderadores.

Duas linhas de força parecem ter presidido à temática deste Con- gresso. Por um lado, a definição deste sector do Ensino e o seu en- quadramento na política geral edu- cativa do país. Por outro, a apre- sentação pública das virtualidades e potencialidades do Ensino Particular e Cooperativo em Portugal, designadamente pela referência a experiências e inovações pedagó- gicas em curso.

Quanto ao primeiro, fazendo de- pender a existência do Ensino Par- ticular e Cooperativo da aplicação dos princípios básicos da «liber- dade de ensinar e aprender» (tema deste 3.º Congresso) consagrados em diversos textos constitucionais, em várias proclamações universais e europeias dos Direitos do Homem e na própria Constituição da Re-

pública Portuguesa, os congressis- tas aprovaram algumas noções/ exigências a apresentar às entida- des competentes tendo em vista a concretização na prática da sua actividade. No presente, tomando o Estado como primeiro garante da sua necessidade e existência, foi exigida a aplicação da legislação já elaborada pelos Governos sucessi- vos em vista da autonomia pedagó- gica, autonomia administrativa e autonomia financeira destes esta- belecimentos de ensino.

Quanto ao segundo, foram apre- sentadas várias comunicações e re- latadas várias experiências que, no fundo, pretendiam significar o pa- pel de relevo que este sector do ensino tem desempenhado no que respeita à inovação pedagógica no nosso país. Assim, constituiu assun- to a formação profissional, a inte- ração família-escola, a relação professor-aluno, a regionalização do ensino, a formação integral, o ensino técnico-profissional, os ser- viços de psicologia no contexto es- colar, a ocupação dos tempos-livres entre outros.

Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitiva

em 5 de Maio último, Lisboa (R. das Gálias, 27-1.º, 100 Lisboa), a Associação Por- tuguesa de Terapias Comportamental e (APTCC). Presentemente a APTCC é dirigida por uma Comissão que integra entre outros o Dr. Luís Joyce-Moniz, a Dr.ª M.ª Silva e os Drs. Fernando Fra- nco e Nuno Barrote, estando aberta exclusivamente a psicólogos e médicos com formação em terapia comportamen- tal e cognitiva.

Enquanto que a designação «comporta- mental» tem sido mais referenciada no contexto da prática psicológica, o mesmo não tem acontecido com a terapia cog- nitiva.

Como é sabido, os pensamentos, a que o indivíduo tem directamente acesso, constituem o alvo central da interven- ção do terapeuta cognitivista. Enquanto que noutras orientações, comportamentais ou dinâmicas, os mecanismos cognitivos

são habilitemente ignorados em benefício dos comportamentos observáveis ou das estruturas afectivas profundas, nas te- rapias cognitivas, o tratamento das atitudes inadequadas, ou das emoções excessivas, é conseguido através da modi- ficação das cognições, actuais e cons- cientes, que lhe estão subjacentes. Neste sentido, este tipo de intervenções visa identificar, analisar, mudar ou reestruturar, por exemplo as crenças, as ex- pectativas, as atribuições e as auto-ins- truções. Convém também referir que as terapias cognitivas não só se ocupam dos pensamentos de conteúdo verbal como de imagens.

De entre as actividades da APTCC é de destacar a realização de um curso de formação pós-graduada com a duração de 4 anos, bem como vários Seminários de formação, o último dos quais sobre o tema «Métodos de Avaliação e Registo de Auto-Verbalizações».

CENTRO UNESCO DO PORTO

Inaugurado em Junho último e constituído como um Departamen- to autónomo da Fundação Eng.º António de Almeida, o Centro Unesco do Porto (R. José Fal- ção, 100 — 4000 Porto) tem vindo a implementar um conjunto diversifi- cado de actividades para as quais chamamos a atenção dos leito- res. Estão, neste caso, a realiza- ção em Novembro passado de um seminário internacional subordinado ao tema «Nova Era da Comu- nicação Social», onde se analisou por exemplo o impacto das novas tecnologias no Homem e na Socie- dade dos nossos dias, e já em De- zembro um outro seminário (Ano Internacional da Juventude — Por- tugal... que desafio?). Este último, aberto apenas a representantes de associações ou entidades vocaciona- das para os problemas juvenis, possibilitará a análise quer dos problemas actuais dos jovens (en-

sino, emprego, serviços) e das suas associações, quer os contributos que os mesmos podem desempe- nhar na temática consagrada pela- las Nações Unidas para o Ano In- ternacional da Juventude: Partici- pação, Desenvolvimento e Paz. Também em Dezembro, e em estre- ita colaboração com a Delega- ção da UNICEF — Porto, terá lu- gar a iniciativa «Brincar e Cres- cer» que reunirá uma exposição de trabalhos de crianças e coló- quios alusivos ao aproveitamento das actividades lúdicas para a es- timulação e facilitação do desen- volvimento global infantil.

Para o próximo ano, a par da realização de seminários e coló- quios subordinados a temas diver- sos, e à temática Juvenil em es- pecial, há a registar alguns encon- tros internacionais enquadrados nos objectivos gerais da UNESCO ou deste Centro em particular.

Jornadas de Terapia Comportamental

Subordinadas ao tema «Ansie- dade Social» realizar-se-ão no Por- to, nos próximos dias 1 e 2 de Mar- ço, as 1.ªs Jornadas Portuguesas de Terapia Comportamental, organiza- das pela Associação Portuguesa de Terapia do Comportamento e pela Unidade de Terapêutica Comporta- mental do Hospital de Magalhães Lemos.

As Jornadas, que terão lugar no Hospital de Magalhães Lemos, pro- porcionarão o debate, entre outros,

dos seguintes tópicos: definição e conceitos, análise funcional, expe- riência com escalas de avaliação, avaliação psicométrica, a ansiedade social nas suas relações com as aptidões sociais e terapêutica.

Para mais informações os inte- ressados poderão contactar com: Unidade de Terapêutica Comporta- mental — Hospital de Magalhães Lemos — Estrada Interior da Cir- cunvalação — 4100 Porto.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

REVISTAS

- American Psychologist — 1984, vol. 39, n.º 10 (October), n.º 11 (November).
- APA Monitor — 1984, vol. 15, n.º 10 (October), n.º 11 (November).
- Apuntes de Educación (Ciencias Sociales, Dirección y Administración Escolar, Lengua y Literatura, Naturaleza y Matemáticas) — 1984, n.º 15 (Octubre-Diciembre).
- Didaktik und Soziometrie — 1984, 16 (1-2).
- Futebol em Revista — 1984, vol. 4, n.º 9 (Setembro-Outubro).

- Hospitalidade — 1984, vol. 46, n.º 189 (Outubro-Dezembro).
- Le Journal des Psychologues — 1984, n.º 20 (Septembre).
- Lecturas sobre Psicología de la Motivación — 1984, n.º 6 (Octubre).
- O Médico — 1984, vol. 111, n.º 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715.
- Noticiero (Organización de los Es- tados Americanos) — 1984, Sep- tiembre.
- Quincésia (Revista de Educación Especial) — 1984, n.º 2 (Diciem- bre).
- Revista de Psicología y Pedagogía Aplicadas — 1984, vol. XV, n.º 29-30.

INTERNACIONAL 18.^a Convenção Anual da Associação para o Avanço da Terapia Comportamental

Realizou-se de 1 a 4 de Novembro, em Philadelphia (Estados Unidos) a 18.^a Convenção Anual da «Association for Advancement of Behavior Therapy» (AABT), organização profissional e interdisciplinar que tem como objectivo o enriquecimento da conduta humana, através da investigação científica e da aplicação dos princípios do comportamento humano.

Fundada em 1960, a AABT tornou-se a mais significativa organização da terapia comportamental na América do Norte, manifestando-se particularmente activa a dois níveis: a) encorajamento do desenvolvimento das bases conceptuais e científicas da terapia comportamental como abordagem empírica e problemas práticos, e; b) facilitação da utilização e crescimento apropriados da terapia comportamental como actividade profissional.

Dirigida por especialistas como Alan Ross (Presidente), Daniel O'Leary, Alan Bellack, Dennis Russo, Kelly Brownell, Marsha Linehan e Edward Cرائhead, a AABT publica actualmente três publicações: *The Behavior Therapist*, *Behavior Therapy* e *Behavioral Assessment* (editadas respectivamente por Jerry Martin, David Barlow e Donald Hartmann).

A 18.^a Convenção contou com a presença de cerca de dois milhares de participantes sendo de destacar que aproximadamente oito centenas de especialistas foram autores de comunicações, entre os quais R. Novaco, R. Forehand, R. Cameron, A. Goldstein, N. Jacobson, G. Margolin, S. Hollon, A. Lazarus, E. Blanchard, R. Liberman, A. Kazdin, R. Suinn, P. Kendall, L. Epstein, A. Beck, J. Wolpe, R. Nelson, T. Borkovec, P. Lang, D. Hartmann, A. Ross, M. Goldfried, T. Wilson, A. Bellack, D. Barlow, M. Hersen, S. Rachman, W. Mischel, A. Bergin, D. O'Leary, G. Patterson, A. Ellis e M. Seligman, entre outros.

Para além de um vasto Programa Social, esta 18.^a Convenção integrou múltiplas actividades de carácter científico, subordinadas a uma variedade de temas:

- a) — Workshops: Consultadoria e intervenção em contexto médico; Diagnóstico de distúrbios infantis; Treino de controle da ansiedade; Neuropsicologia clínica; Terapia com crianças impulsivas; Terapia cognitiva da ansiedade e fobias; Obesidade nas crianças; Tratamento dos obsessivo-compulsivos; Psicologia e negócios; Prevenção do abuso de

crianças; Terapia conjugal; Tratamento hospitalar de doenças catatónicas; Intervenção precoce no alcoolismo; Micro-computadores e terapia comportamental; Preocupação; Terapia comportamental com mulheres; Psicoterapia com clientes homossexuais e lésbicas; Avaliação e tratamento da dor; Medicina comportamental; Terapia cognitiva da depressão; Treino de competências sociais em crianças; Tratamento da bulimia nervosa.

- b) — Symposia: Terapia conjugal comportamental; Saúde, comportamento e terceira idade; Uso de contingências aversivas; Demência; Desordens da ansiedade; Desordens do sono na terceira idade; Tratamento de fumadores dependentes; Avaliação e tratamento das dores de cabeça; Desordens depressivas; Competências sociais; Adaptação e perda na terceira idade; Crianças anti-sociais; Psicopatologia do desenvolvimento; Controle de diabetes nas crianças; Terapia com deficientes; Inovações em terapia de grupo.
- c) — Poster sessions: Medicina comportamental; feedback, tabagismo,

obesidade e outros problemas médicos; Avaliação comportamental; ansiedade e depressão, assertividade, competências sociais; Terapia comportamental com crianças e adultos; competências interpessoais, memória, auto-controle, resolução de problemas; Populações especiais: disfunções cerebrais, deficiências, geriatria, atraso mental, autismo.

- d) — Invited address: por Peter Lang, Alan Ross, Neal Miller, Edward Zigler, Harold Leitenberg, Stanley Rachman, Walter Mischel, Gerald Patterson, Robert Liberman, Rosemary Nelson, Martin Seligman e Raymond Lorian.
- e) — Panel Discussions: Prática clínica e organizacional; Psicopatologia e atrasos mentais; Ciência e profissionalismo clínico.
- f) — Seminars: Psicologia desportiva e atletas olímpicos (R. Suinn); De-

pressão e ansiedade (A. Beck); História da terapia comportamental (A. Bergin).

- g) — Clinical Forums: Computador como psicólogo da saúde; Técnicas comportamentais de grupo; Avaliação e terapia em indivíduos com atrasos mentais; Avaliação cognitiva com adultos; Intervenções comportamentais versus psicanalíticas; Intervenções com grupos de adolescentes; Aversão condicionada no paciente oncológico.

Para além destas actividades, a Convenção da AABT incluiu de uma dezena de cursos, como vários encontros, Grupos com Interesse Comportamental, Neuropsicologia, Psicologia e Ge-

Associação Inter de Psicologia E.

De 3 a 8 de Agosto do próximo ano realiza-se em Southampton (Inglaterra), o VII Colóquio Internacional da Associação Internacional de Psicologia Escolar, subordinado ao tema geral «O papel dos psicólogos no fomento de harmonia em casa, na escola, na sociedade e no mundo».

Criada em 1975, a A.I.P.E. reúne os psicólogos interessados na comunicação de formas práticas de partilhar a investigação especializada na área da psicologia escolar e educacional, e publica trimestralmente a revista «School Psychology International». Os colóquios anteriores foram realizados na Alemanha, Inglaterra, Dinamarca, Estados Unidos, França e Suécia.

De entre os especialistas pre-

sentes, é para a presente edição o organizador, salientando: Prof. P. C. Prof. R. Taft (A. Wedell (U. K.), P. field (U. K.), Prof. (U. K.), Prof. J. Yss Prof. Dr. F. Klix (U. K.), Prof. M. Ch Prof. Kossakowski (G. O prego de inscrição bras (até 31 de Março) bras (depois de 31 de o alojamento, para qua são 120 libras).

Os interessados podem obter mais informações escrevendo para: Dr. L. F. Lowens, Allington Manor, Allington Lane, Fair Oak, Eastleigh, Hants, SO5 7 DE England.

CALENDÁRIO-1985

DIFFERENTIAL THERAPEUTICS IN CLINICAL PRACTICE — THE ART AND SCIENCE OF TREATMENT SELECTION

Puerto Vallarta (México): 9-17 de Fevereiro

Para informações contactar com:

John McMasters
Postgraduate Center for Mental Health
124 E. 28th St.
New York, NY 10016 — EUA

14TH ANNUAL MEETING OF THE SOCIETY FOR CROSS-CULTURAL RESEARCH

Isla Verde (Porto Rico): 14-19 de Fevereiro

Para informações contactar com:

Carol Ember
Department of Anthropology
Hunter College, CUNY
New York, NY 10021 — EUA

INTERNATIONAL SYMPOSIUM — TO BE DEAF TODAY... AND TOMORROW?

Bruxelas (Bélgica): 21-25 de Março

Para informações contactar com:

IRSA International Symposium
chaussée de Waterloo, 1504
B-1180 Brussels — Bélgica

INTERNATIONAL CONFERENCE ON STRESS AND BEHAVIORAL EMERGENCIES

Baltimore (EUA): 11-14 de Abril

Para informações contactar com:

Jeffrey T. Mitchell
Emergency Health Services Department
University of Maryland Baltimore County
Catonsville, MD 21228 — EUA

INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONSUMER BEHAVIOUR AND ENERGY POLICY

Paris (França) — Abril

Para informações contactar com:

Cees J. H. Midden
Working Group on Energy and Society
Leiden University
Hooigracht 15
2312 KM Leiden — Holanda

INTERNATIONAL CONFERENCE ON PREVENTION

Montreal (Canadá): 29 de Abril — 3 de Maio

Para informações contactar com:

Gisèle Painchaud
C.P. 6203, succursale A
Montreal, Québec
H3C 3T3 — Canadá

NATO ADVANCED STUDY INSTITUTE — THE ROLE OF PSYCHOLOGY IN SELECTING AND TRAINING POLICE

Grécia: 7-16 de Maio

Para informações contactar com:

John C. Yuille
Department of Psychology
University of British Columbia
Vancouver, B.C.
V6T 1W5 — Canadá

FIFTH ORGANIZATION DEVELOPMENT WORLD CONGRESS

Zeist (Holanda): 18-22 de Junho

Para informações contactar com:

Donald W. Cole
Organization Development Institute
6301 Wilson Mills Road, Suite K
Cleveland, OH 44143 — EUA

INTERVENTIONS PSYCHOLOGIQUES ET CHANGEMENTS

Cannes (França): 21-23 de Junho

Para informações contactar com:

Journal des Psychologues
59 rue Marx Dormoy
13004 Marseille — França

Sociedade para a investigação da ansiedade nos testes

Promovida pela «Society for Test Anxiety Research» (STAR), efectuar-se-á na Universidade de Dusseldorf (Alemanha Federal), de 13 a 15 de Junho próximo, a 6.^a Conferência Internacional intitulada «Avanços na Investigação da Ansiedade nos Testes».

A STAR é uma organização internacional de psicólogos que decidiu constituir uma sociedade formal com o objectivo de promover a investigação empírica da ansiedade e temas afins, incluindo perspectivas transculturais.

A 5.^a Conferência anual teve lugar este ano, de 31 de Maio a 2 de Junho, em Leiden (Holanda) e contou com a presença de cerca de uma centena de participantes provenientes de todo o mundo, entre os quais a presidente do International Council of Psychologists, Esther Halpern. Durante este encontro foram eleitos para dirigir a Sociedade os seguintes especialistas: Charles D. Spielberger (Florida-EUA), Ralph Schwarzer (Berlim-Alemanha Federal), Mar-

tin Covington (Califórnia-EUA) e Heny Van Der Ploeg (Leiden-Holanda).

Do mesmo modo foram eleitos os seguintes representantes nacionais: Willi Lens (Lovaina-Bélgica), Knut Hagtvet (Bergen-Noruega), Sagar Sharma (Simla-Índia), Kazimierz Wrzesniewski (Varsóvia-Polónia), Wolfgang Schonpflug (Berlim-Alemanha Federal) e Irwin Sarason (Seattle-EUA).

A Sociedade para a Investigação da Ansiedade nos testes publica as suas próprias séries de actas, intituladas «Avanços na investigação da ansiedade nos testes» e editadas por Van der Ploeg, R. Schwarzer e C. Spielberger.

Para mais informações relativamente à 6.^a Conferência Internacional ou à admissão na STAR os interessados poderão contactar com: Prof. Dr. Christiane Schwarzer, Department of Education, University of Dusseldorf, Universitätsstrasse 1, 4000 Dusseldorf, West Germany.